

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

Rodrigo Ibson da Silva Oliveira

DEBAIXO DE PEDRA E CAL:

As relações socioeconômicas na Capitania de Itamaracá - 1654 a
1763

Recife, 2014



DEBAIXO DE PEDRA E CAL:

As relações socioeconômicas na Capitania de Itamaracá - 1654 a 1763

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, Mestrado em História
Curso de Mestrado em História Social da
Cultura Regional pela Universidade
Federal Rural de Pernambuco, como
requisito à obtenção do título de
Mestrado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia do
Nascimento Oliveira

Recife, 2014

Ficha Catalográfica

O48d Oliveira, Rodrigo Ibson da Silva
Debaixo de pedra e cal: as relações socioeconômicas na capitania de Itamaracá (1654-1763) / Rodrigo Ibson da Silva Oliveira – Recife, 2014.

121 f. : il.

Orientador: Ana Lucia do Nascimento Oliveira
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco Departamento de História, Recife, 2014.

Inclui referências e anexo(s).

1. Itamaracá colonial 2. Fornos de cal 3. Arqueologia histórica 4. Capitania de Itamaracá I. Oliveira, Ana Lucia do Nascimento, orientadora II. Título

CDD 306.09

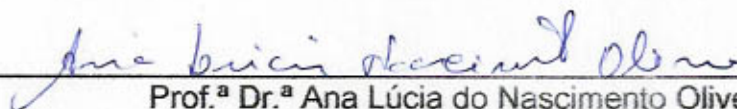
RODRIGO IBSON DA SILVA OLIVEIRA

DEBAIXO DE PEDRA E CAL:

As relações socioeconômicas na Capitania de Itamaracá - 1654 a
1763

Data da apresentação 29/02/2014

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Orientadora – Programa de Pós-Graduação em História - UFRPE



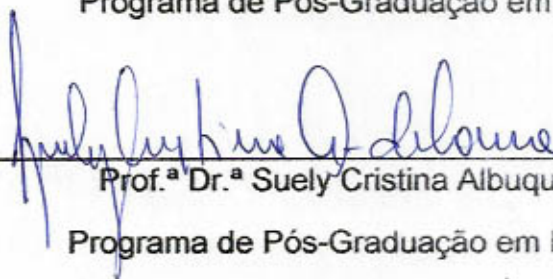
Prof. Dr. George Felix Cabral

Programa de Pós-Graduação em História - UFPE



Prof. Dr. José Luiz da Mota Menezes

Programa de Pós-Graduação em História - UFPE



Prof.ª Dr.ª Suely Cristina Albuquerque de Luna

Programa de Pós-Graduação em História - UFRPE

Dedico este trabalho as duas Severinas que além de guerreiras, têm sido mais uma fonte de motivação para que tudo em minha vida seja feito de forma serena, objetiva e correta. A minha avó, Severina, Dona Branca e a minha tia-avó Severina, Dona Biu, em memória.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do tempo, inúmeras pessoas passaram por minha vida acadêmica e pessoal, e de certa forma, acabaram deixando muito de si, o que contribuiu bastante para a construção de mim. Por isso, neste momento especial, resta apenas agradecer a todos os incentivos, apoios e carinhos que, de uma forma bem objetiva, se tornaram elementares para a construção desse texto.

Sendo assim, agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPQ), pela concessão de dois anos de bolsa, a qual se fez de suma importância para realizar e atender às atividades propostas pelo cronograma do programa de pós-graduação.

À professora Ana Nascimento, agradeço infinitamente a confiança, compreensão, o companheirismo e a dedicação em orientar mais esse trabalho, o qual tem sido consequência de vários outros que desenvolvemos juntos desde o período de iniciação científica. Agradeço pelos conselhos, pelos “puxões de orelha” e, principalmente, por ter sempre confiado (independente das dificuldades) na viabilidade da construção deste trabalho.

Aos professores do programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da UFRPE, agradeço as discussões, as leituras e seus ensinamentos que se tornaram essenciais para construção deste trabalho. Os meus sinceros agradecimentos a Suely Luna, a Ricardo Pacheco, a Kalina Vanderlei, a Suely Almeida, a Geane Menezes, a Tiago Melo, Giselda Brito, a Wellington Barbosa e a Ângela Grillo.

Agradeço também aos professores que se disponibilizaram em compor a banca examinadora, mais precisamente aos professores Osvaldo Girão, José Luís da Motta Menezes e George Félix Cabral, que, desde o processo de qualificação, deram contribuições essenciais para o engrandecimento qualitativo deste trabalho.

Agradeço também aos mestres e amigos Eduardo Lima, Rosely Tavares, Josué Lopes, Elba Monique, Gustavo Manoel, André Luís (Pajé), José Brito e Lenivaldo Cavalcanti, que cada um a seu modo deram grandes contribuições e serviram de inspiração para mais uma etapa de minha vida acadêmica, estendo meus agradecimentos aos grandes amigos e historiadores Claudio Barbosa, Alexandre, Augusto Matias, Geferson Tiago e Tiago Nunes.

A minha turma de mestrado, agradeço os debates nos momentos das aulas, a cooperação mútua no processo de socialização de textos, documentos e esclarecimentos sobre os assuntos debatidos, os quais, muitas vezes, precisavam ultrapassar os muros da academia. Por isso, sou grato a Eduardo Santana, a Noely Gomes, a Marco Tomé, a Renata Lucena, a Marcio Romerito, a Creso Nuno, a Ericka Karine, a Tereza Albuquerque e a Nátalli Araújo.

Agradeço também aos companheiros da arqueologia, César Alexandre, Angélica Pignata, Ramom Viana, Edyja Costa, José Gustavo, José Roberto, Magno Eugene, Poliana Calado, Cecília Barthel, Lucas, Ednildo Lira (guardião do forno de cal em Vila Velha-Itamaracá, sua esposa Gilda), Marinete Leite, Nátalli Araújo e ao mais novo membro da Equipe de campo Gabriel Aquíles. Também estendo os meus agradecimentos a todos os parceiros que, ao longo desses últimos anos, se tornaram amigos e também parceiros nas atividades realizadas no Pecém.

Agradeço de uma forma toda especial a minha família, a qual tem sido uma grande fonte de inspiração, força, carinho, compreensão e amor incondicional. Por isso, agradeço aos meus pais Rosalvo Alves de Oliveira, Edvaldo Galdino e Tereza Cristina da Silva, bem como a meus irmãos Sergio Silva e Renato Silva. Também sou grato aos meus sobrinhos biológicos Davi Riquelme e Caio, e a minha sobrinha do coração, Maria Julia, que só pelo fato de existirem já se tornaram motivos de alegrias.

Sou muito grato aos meus tios maternos Evandro, Fernando e Flávio Gabriel. As tias maternas Neli, Sandra, Telma e Sylvania Maria, além dos tios e tias paternos, Nalva, Renildo, Rosilene, Rivania, e Rosélio. Além dos meus

primos Lula e André Santana, Mônica, Fernanda, Rinaldinho, Pedro, Paulo e Alexandre Alves.

Declaro a imensurável gratidão a minha esposa Nátalli Araújo pela compreensão, companheirismo, parceria e amor incondicional, que somados à energia e a parceria do nosso filho, Gabriel Aquíles, que tem tornado os meus dias mais doces, coloridos e repletos de motivos para encarar as dificuldades cotidianas com muito mais leveza e tranquilidade.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma de alguma forma, seja essa direta ou indiretamente, contribuíram para conclusão parcial de mais uma etapa de minha vida. A todos, muito Obrigado!

RESUMO

O objetivo deste trabalho de dissertação é discutir a influência da Cal para a organização social da Ilha de Itamaracá e como a sua economia foi beneficiada por este produto, passando a entender a história da Ilha como um imbricado sistema em que a geografia impunha uma lógica própria e a qual era assimilada pelas mais diversas redes sociais a fim de fazer prosperar a pequena “Ilha atlântica” que teve um tão curto período de apogeu econômico, o qual se encontra também associado ao período de maior evidência de produção e comercialização da Cal. Enquanto matéria-prima para a construção civil, esse produto tem uma longa história, pois as primeiras notícias de sua utilização remontam ao período clássico grego e romano, sendo utilizado ainda pelos egípcios. Na costa africana e nas Ilhas atlânticas, a cal se tornou importante produto de comercialização devido à variedade de seus usos. Para entender o processo de produção e comercialização da cal, fez-se necessário recorrer a estudos de entendimento geográfico e a fontes arqueológicas, que por sua vez, deram origem à pesquisa e ajudaram a costurar a malha de informações a princípio desconexas referentes ao objeto. O período em que traçamos este texto é marcante para a história de Itamaracá, enquanto Capitania e enquanto domínio colonial. A segunda metade do século XVII e a primeira metade do XVIII (1654 – 1763) tratam-se de uma parte da história da Ilha em que muitos conflitos se estabeleceram para traçar os rumos dessa Capitania em diversos aspectos, sejam eles políticos, sociais e, sobretudo, econômicos. Esse foi um dos motivos pelo qual escolhemos este recorte

temporal. Sendo assim, dividimos o texto, então, em três capítulos que devem construir o diálogo entre a história da Ilha e a produção da cal.

Palavras-chave: Ilha de Itamaracá; Economia colonial; Produção de cal; Capitánias Hereditárias; Império Português.

ABSTRACT

The objective of this dissertation work is to discuss the influence of chalk for the social organization of the island of Itamaracá and as its economy was benefited by this product, to understand the history of the island as a nexted system in which geography imposed a logic of its own and which was assimilated by the most diverse social networks in order to make thrive the small Atlantic Island "that had such a short period of economic Apogee, which is also associated with the period of greatest evidence of production and marketing of chalk. as a raw material for construction, this product has a long history, since the first news of its use dating back to classic Greek and Roman period, being used even by the Egyptians. On the African coast and in the Atlantic Islands, the chalk product marketing became important due to the variety of its uses. To understand the process of production and marketing of chalk al, was necessary to resort to geographical understanding studies and archaeological sources, which in turn gave rise to research and helped sew the fabric of information at first unconnected regarding object. The period in which we draw this text is significant to the story of Itamaracá, while Captaincy and while colonial domination. The second half of the 17th century and the first half of the 18TH CENTURY (1654 – 1763) these are a part of the history of the island in that many conflicts settled to plot the direction of this Captaincy in several aspects, be they political, social and, above all, economic. This was one of the reasons

why we chose this timeframe. Thus, we have divided the text, then, in three chapters to build dialogue between the island's history and the production of chalk.

Keywords: The island of Itamaracá; Colonial economy; chalk production; Hereditary Captaincies; Portuguese Empire.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| FIGURA 1 Exemplar cartográfico em Latim intitulado: Capitaniarum de Phernanmbuca, Itamaraca, Paraiba et Rio Grande nova delineia | 24 |
| FIGURA 1 Salinas da porção sul da Ilha de Itamaracá | 32 |
| FIGURA 2 Mapa geológico da Ilha | 40 |
| FIGURA 4 Mapa de Composição Sedimentológica da Ilha de Itamaracá | 37 |
| FIGURA 5 Mapa Setecentista evidenciando o traçado da Capitania de Itamaracá | 44 |
| FIGURA 6 Mapeamento Geral de forno de cal identificados na Ilha de Itamaracá | 48 |
| FIGURA 7 Forno de cal, Vila velha | 49 |
| FIGURA 8 Vista de Vila velha | 50 |
| FIGURA 9 Ruínas do Fortim da Catuama | 53 |
| FIGURA 10 Iconografia indicando os 22 portos da costa norte do Brasil | 55 |
| FIGURA 11 Rio Paripe | 56 |
| FIGURA 12 Canal de santa Cruz | 58 |

| | |
|---|----|
| FIGURA 13 Demonstração do padrão granulométrico da Plataforma Continental Pernambucana | 59 |
| FIGURA 14 Recorte do território da capitania de Itamaracá e da Capitania da Paraíba | 78 |
| FIGURA 15 Rotas fluviais da Capitania de Itamaracá | 86 |
| FIGURA 16 Ruínas do forno de cal Tenório 2 | 98 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 Configuração dos Padrões Geomorfológicos das Praias da Ilha de Itamaracá | 38 |
| TABELA 2 Caracterização dos Fornos da Ilha de Itamaracá | 47 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 A ILHA DE ITAMARACÁ E A CAL: MATERIAL PARA ESTUDO HISTÓRICO | 18 |
| 1.1 Uma Ilha de Pedra Calcária | 18 |
| 1.2 Sobre as Condições Produtivas da Pedra Calcária | 25 |
| 1.3 A Tecnologia dos Fornos da Cal | 42 |
| 2 A ILHA COMO PERIFERIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: ARTICULAÇÃO ECONÔMICA E PODER LOCAL | 57 |
| 2.1 A Ilha de Itamaracá para o Império Marítimo Português | 58 |
| 2.2 Pernambuco, Paraíba, Itamaracá: O poder local e o destino de uma Capitania Frustrada | 68 |
| 2.3 Entre Terra e Mar: As rotas de escoamento da produção caieira | 79 |
| 3 O LEGADO DA CAL: DE PRODUTO MARGINALIZADO A SUSTENTÁCULO ECONÔMICO | 83 |
| 3.1 A produção caieira e a economia da Ilha | 84 |
| 3.2 A arquitetura, a história e o relevo das construções coloniais | 90 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 98 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 101 |
| ANEXOS | 111 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida entre os anos de 2005 e 2013, quando, inicialmente, por ocasião da obtenção da Bolsa PIBIC¹, e ainda durante a graduação, começamos a elaborar um objeto de pesquisa que se direcionava para a história da Ilha de Itamaracá. Neste momento, o projeto estava atrelado à outra pesquisa intitulada “Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano”.

Como o foco neste trabalho eram os vestígios de história a serem entendidos através das técnicas da arqueologia, acabou sendo feito em matéria de coleta de fontes que nos possibilitaram construir um cenário diferenciado para a história da Ilha. Todavia, nunca perdemos de vista que a nossa formação é em História e que se podíamos contribuir de alguma forma com a História do Brasil, em olhar para a Ilha de Itamaracá, porque não nos ancorarmos nestes outros temas proporcionados pela visão arqueológica do ambiente e do tempo sobre o qual nos debruçamos durante a prática de pesquisa.

Passamos de entender o cenário colonial para uma capitania do norte do Brasil que tinha muito do status de Capitania anexa a Pernambuco para a reflexão sobre a economia na Ilha, o que fizemos em nossa Monografia², tomando por base as transações comerciais estabelecidas, bem como a estrutura produtiva como um todo, em um longo período de tempo compreendido entre o século XVIII e XIX.

Agora, fazendo uma retrospectiva da sugestão de nossas fontes e da construção do objeto encaramos a transição do século XVII para o XVIII como um período de

¹ O título do projeto de bolsa PIBIC, financiada pelo CNPQ/UFRPE desenvolvido entre os anos de 2007/2008 foi Levantamento do Patrimônio Arqueológico da Ilha de Itamaracá e posteriormente a bolsa PIC, também direcionada pelas mesmas instituições foi intitulada:

² Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial ao título de Licenciado em História, apresentada pelo Graduando Rodrigo Ibson da Silva Oliveira, intitulada: O comércio transatlântico sob uma abordagem histórico-arqueológica na ilha de Itamaracá-PE, nos setecentos. – 2009. UFRPE – Recife.

extrema confluência de informações e também de muitos conflitos territoriais, econômicos e políticos, tendo em vista a retomada do domínio português das áreas sob domínio holandês, sendo a Ilha de suma importância neste cenário.

Foi então que refletindo sobre as possibilidades de ampliar as discussões acerca da história da Ilha de Itamaracá-PE, entre 1680-1730, com vias a uma história das relações sociais e culturais de produção, percebemos a necessidade de se compreender a produção da cal, como uma importante via de atividade econômica desenvolvida na Ilha.

Algumas condições possibilitavam o comércio ser a principal atividade econômica presente na Ilha, como por exemplo, ao que indicam alguns cronistas, dentre os muitos que visitaram a costa brasileira, como Henry Koster³ que dizia que o solo não era bom para o plantio, subsistindo apenas pequenas agriculturas familiares. O próprio Koster tendo tentado fazer funcionar um engenho de açúcar, mas não tendo muito sucesso. Além de uma incipiente agricultura, a Ilha era rica em árvores frutíferas, um dos produtos comercializados em abundância, mas para estas não eram necessárias grandes técnicas de cultivo.

É importante ressaltar ainda, que a Ilha contava com a estrutura de alguns portos e locais de atracagem estruturados em razão desta necessidade comercial que facilitava as trocas de mercadorias dos que por lá passavam a caminho da Europa ou chegando dela.

O período estudado compreende para a Ilha, administrativamente, o momento que esta estava de acordo com o sistema de Capitânicas hereditárias, sendo este um panorama estabelecido pela Coroa portuguesa aplicado a diversas regiões do planeta em que esta detinha o controle colonial. Portanto, é de fundamental importância entender a dinâmica deste sistema que por um lado possibilitava a lógica da apropriação comercial local e que em um contexto maior estava inserida no sistema mercantilista ultramarino colonial.

³ KOSTER, Henry. Viagens ao nordeste do Brasil. 12ª Edição. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2003.

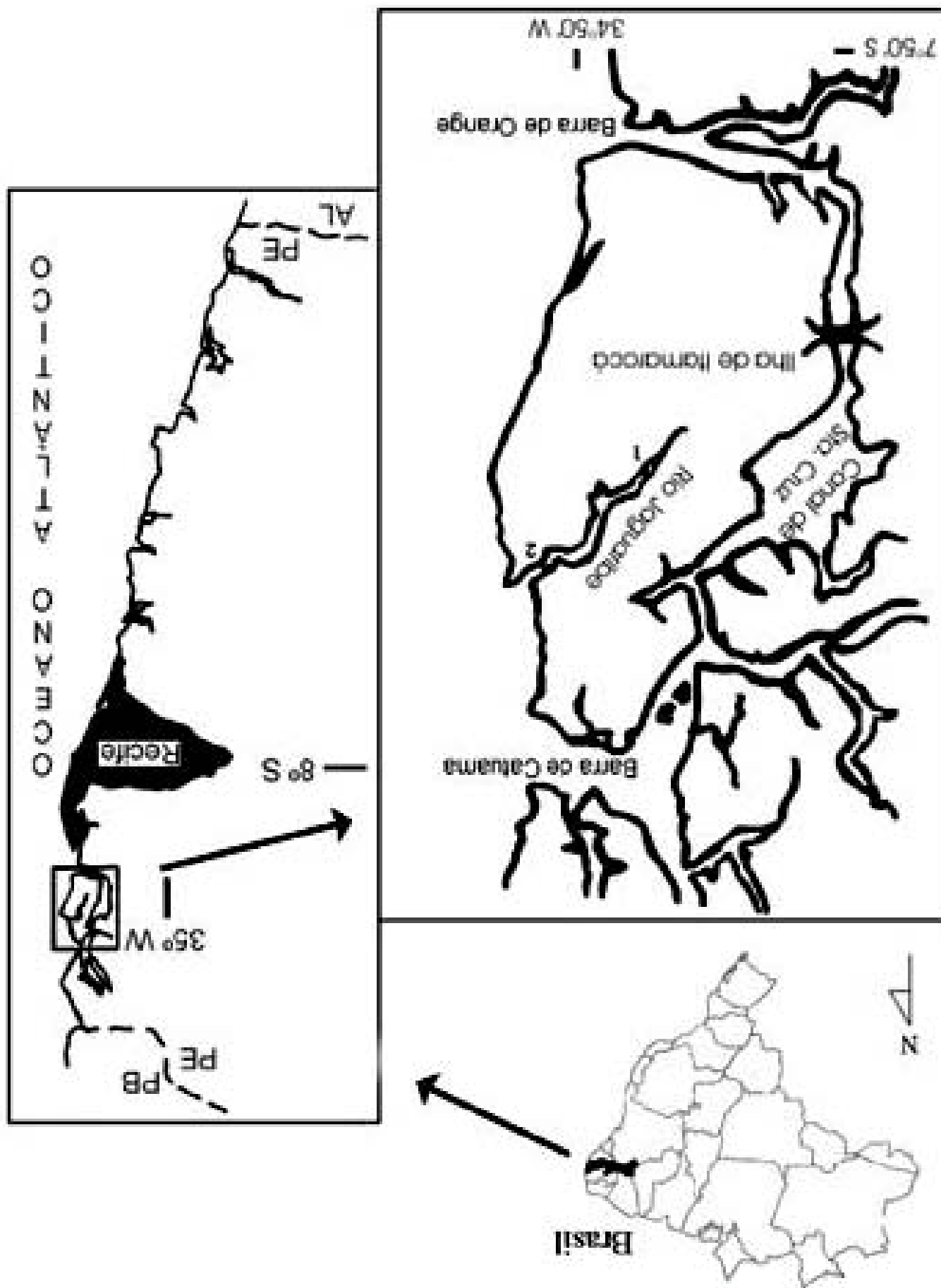


Figura 1: Localização da Ilha de Itamaracá no mapa do Brasil; Fonte: Martins, 1994

Sendo assim, para nossa pesquisa, se faz de suma importância as análises realizadas pelo colonialista Charles Boxer⁴, na medida em que este caracteriza a construção do império marítimo português, no qual Itamaracá se insere por estar subordinada ao sistema de capitânicas hereditárias. Este autor elabora uma lógica de expansão colonial para Portugal em que sua força se estabelece com o assentamento de bases comerciais, as feitorias, foi assim na Ásia, África e também na América.

Somente em um segundo momento de ocupação, Portugal se via na urgência de criar estruturas mais complexas, como as Capitânicas Hereditárias e os Governos Gerais, o que, sem dúvida, para Boxer, logo se transformava em um transtorno já que os portugueses com uma população bem reduzida em seu próprio país e um largo território ultramarino a ocupar enfrentava problemas administrativos inevitavelmente.

Neste sentido, do comércio local e da lógica do sistema de Capitânicas é relevante dialogar com a dinâmica comercial estabelecida nas Capitânicas que mantinham relações diretas com a Ilha, as já citadas - Capitânicas de Itamaracá e Paraíba. E com o próprio sistema colonial em sua formulação teórica, no sentido de saber como ele foi entendido ao longo da história pela historiografia especializada, enquanto discussão do âmbito da história econômica.

Para que esta investigação seja possível, lançamos mão de fontes referentes a outros lugares de observação científica, tomando por base os debates da história ao longo do século XX, em que o diálogo interdisciplinar era considerado importante para o entendimento mais amplo de objetos complexos como o que estudamos.

Buscamos, então, na Arqueologia, Arquitetura e Geografia os subsídios para conectar as dispersas fontes históricas a que tivemos acesso. Ao nos depararmos com esta multiplicidade teórica e metodológica, procuramos sempre refletir a partir do ponto de vista histórico, sempre partindo do pressuposto que o nosso objeto é histórico e deve estabelecer, primeiramente, larga conexão com o seu campo de saber.

⁴ BOXER, C.R., 1904-200. O Império Marítimo Português: 1415-1825. Edições 70; Lisboa: 2011.

As técnicas e fontes utilizadas são debatidas de forma sistemática no interior do capítulo, no qual, ao nosso entendimento se encontra as problemáticas a que se relacionam. Por este motivo, acreditamos ser coerente não iniciar uma discussão teórica ou metodológica, quando propomos que ela se faça ao longo do texto, na medida em forem surgindo as condições de debate.

A lógica deste trabalho requer então, uma sensibilidade para a compreensão de um objeto que não é histórico naturalmente, mas que foi sendo construído e que estabelece como tal a cada dia, favorecendo este campo de pesquisa e também a história da Ilha de Itamaracá.

Uma pesquisa pioneira como esta, sempre está por ser aprimorada. A metodologia é uma construção e a teoria é uma colcha de retalhos. Apesar disso, acreditamos ser possível fornecer novos e coerentes dados para a história da produção da cal, bem como para a história de um período que para a narrativa da nossa “Ilha atlântica” foi relegado dos registros historiográficos.

O texto segue então uma organização, visto que, no primeiro capítulo, debatemos as condições de produção da cal em uma esfera mundial, ao longo de um período mais largo de tempo, apresentando dados muito anteriores às empreitadas portuguesas nas Américas.

Neste primeiro momento, interessa-nos dialogar como a cal no sentido de sua utilização ao longo do tempo; de suas características produtivas mais gerais do seu ambiente; de produção e de quais foram as relações estabelecidas com a cal em outros lugares do mundo.

Vamos encontrar, então, trabalhos que têm preocupações semelhantes a nossa, como a de compreender a dinâmica do espaço produtivo da cal. Analisamos historiografia portuguesa, como o trabalho de Armando Redentor que se ocupa do estudo da cal nas “Ilhas atlânticas” dos Arquipélagos de Açores e na Ilha da Madeira.

Observamos e relacionamos o fato de a cal ser produzida em pequenas estruturas familiares ou em povoações com pouca opção econômica, que, muitas vezes, utilizam a cal como moeda de troca. Para o primeiro capítulo do texto, é fundamental entender como a cal se articular no ambiente das Ilhas e como o processo

de produção se efetuava, desde a extração da matéria-prima até o transporte e comercialização.

No segundo capítulo intitulado: *A Ilha como Periferia do Império Português: Articulação econômica e poder local*, estabelecemos diálogo com a historiografia e procuramos fazer uma revisão bibliográfica acerca da história da Ilha de Itamaracá, da história econômica da Ilha e também do contexto em que o trabalho está inserido. Isso significa dizer que nesta parte do texto, analisamos a historiografia em busca de construir um panorama da história da Ilha em sua conexão com a metrópole portuguesa, com a sua condição de capitania e com as fronteiras flutuantes a que se submetia a colônia brasileira neste período.

É objetivo deste segundo capítulo, discutir, portanto, as estratégias de adaptação da Ilha ao momento de crise, tendo como alternativa para a economia, em decadência, a produção da cal. A argamassa se apresenta, neste momento, então, como “tábua de salvação” ao menos, para as famílias que não tinham os recursos financeiros da Coroa, nem muito menos dos engenhos de açúcar.

Ainda neste capítulo, relacionamos a produção da cal com estruturas econômicas encontradas na Ilha, elaborando um panorama dos aspectos que possibilitam a construção deste recurso natural como componente econômico e como importante marca do ambiente cultural brasileiro, no que se relaciona construção civil e edificação do aspecto arquitetônico da colônia brasileira.

Já no terceiro capítulo, investigamos a partir das técnicas da Arquitetura em relação aos dados históricos que levantamos, a natureza dos fornos de cal da Ilha de Itamaracá. Com estas informações, podemos alargar os conhecimentos acerca da produção, ao identificar as características dos fornos e o modo de operação da indústria então referida.

Configuramos, então, a cal como elemento químico e natural e como produto de negociações e de relação sócio-política entre capitanias. Na medida em que lançamos mão deste objeto de estudo, estamos relacionando-o com o contexto das discussões interdisciplinares e como tal lançamos mão de argumentos das ciências naturais que devem se aliar ao entendimento historiográfico na produção de outra base de conhecimento.

Por fim, utilizamos, pois, os métodos da História Ambiental, com os quais, esperamos encontrar uma outra variante de resposta para a história da Ilha de Itamaracá que esteja em confluência com um espaço de construção que considera as ações do ambiente sobre o homem e as situações postas de sua intrínseca relação na medida da evolução de sua sociabilidade.

1 A Ilha de Itamaracá e a Cal: Material para estudo histórico

O esforço de compreender os estudos referentes à história da colonização portuguesa na Ilha de Itamaracá-PE, sob a perspectiva da produção da cal e utilização, deve vir acompanhado de um estudo que abranja suas raízes, as quais devem vir desde as primeiras identificações da utilização desse material em registros historiográficos, bem como as possibilidades oferecidas pelo meio ambiente natural para que os indivíduos pudessem efetuar as diversas etapas da produção da cal.

Investigar a estrutura de produção da cal, enquanto produto comercializável durante o período colonial na Ilha, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII, é o objetivo deste capítulo. Na perspectiva de objeto de estudo, a cal contribui para um largo entendimento das estruturas econômicas e sociais das cidades coloniais brasileiras, tendo sido utilizada para a edificação de diversos modelos arquitetônicos de Capelas, Casas de Câmara, vivendas e mesmo das fortificações tão necessárias à proteção da nossa costa.

A partir dos estudos sobre a produção, a comercialização e a utilização da cal, podemos elaborar um entendimento diferenciado do período acima para a história da Ilha de Itamaracá, compreendendo um enorme número de agentes sociais ligados a esta produção e também à relação estabelecida entre a Ilha e as demais rotas de comércio entre as Capitanias do Norte do Brasil.

1.1 Uma Ilha de pedra calcária

Neste trabalho discutimos a influência da cal para a organização social da Ilha de Itamaracá e como a sua economia foi beneficiada por este produto, passando a entender a história da Ilha como um imbricado sistema em que a geografia impunha uma lógica própria e a qual era assimilada às mais diversas redes sociais a fim de fazer prosperar a pequena “Ilha atlântica” que teve um tão curto período de apogeu econômico, que se encontra também associado ao período de maior evidência de produção e comercialização da cal, uma vez que era uma das matérias-primas da construção civil antes até dos egípcios. Devido a sua imensa importância e variedades de seus usos, esse produto foi comercializado tanto em partes do território americano, quanto em partes da colônia brasileira.

Para entender o processo de produção e comercialização da cal, fez-se necessário recorrer a estudos de entendimento geográfico e a fontes arqueológicas que, por sua vez, deram origem a pesquisa e ajudaram a costurar a malha de informações a princípio, desconexas referentes ao objeto. No que diz respeito às fontes históricas, recorreremos, sobretudo, aos arquivos de documentos oficiais da Capitania de Itamaracá, os quais nem sempre se referem diretamente à cal - fato que podemos explicar por não haver um imposto específico para a comercialização deste produto - e também por sua distribuição ser feita, geralmente, através dos diversos rios que davam acesso da Ilha ao Continente e às demais Capitanias.

O período em que traçamos este texto - 1654 a 1763 - é marcante para a história de Itamaracá como Capitania e como dominante colonial. A escolha dele para material de estudo foi justamente por tratar-se de uma parte da história da Ilha em que muitos desacordos se estabeleceram, originando novos rumos da Capitania em diversos aspectos como políticos, sociais e, em especial, econômicos. Inclusive, vale salientar que este período é imediatamente posterior à expulsão holandesa da parte norte da colônia brasileira e como tal, significou uma retomada de muitas disputas de terra, sobretudo, de interesses políticos em determinadas regiões.

Antes de buscarmos as condições naturais de produção presentes na Ilha, e que dão razão ao nosso objeto, procuramos entender de que forma estava a situação sócio-política da Ilha e que condicionantes foram responsáveis para a situação de declínio econômico apontado por importantes estudiosos de sua história para o período.

Após a divisão do território da Capitania, iniciaram-se as disputas pelo controle da porção sul onde funcionava também a sede dessa Capitania ou por de áreas mais produtivas e de maior influência política. Assim, esse confronto foi responsável por uma dispersão das fontes documentais relativas ao período, tanto é que os documentos oficiais produzidos pela administração portuguesa encontram-se espalhados entre os municípios de Igarassu e o Estado de Pernambuco. Por conta disso, o próprio município de Itamaracá ficou com quase nenhum registro de sua história, além daquele que pode ser analisado através das técnicas da arqueologia e da geografia às quais recorreremos em outras partes deste texto.

Para entender este contexto de virada de século para Itamaracá, precisamos saber como esta se encontrava na conjuntura das Capitanias hereditárias e entender, embora este sistema funcionasse para a Ilha, que foi considerada por um de seus mais importantes historiógrafos como uma “capitania frustrada”⁵.

O modelo de colonização utilizado por Portugal para o Brasil conhecido como Capitanias Hereditárias já havia sido aplicado em outras possessões portuguesas como Açores e Madeira, e “consistia na doação de terras a capitães donatários, que gozavam de importantes privilégios e proventos, delegando-se neles o exercício de parte dos atributos do poder real”⁶ (TAPAJÓS apud Barcelos, 2010, p.30).

A legitimação real das capitanias era feita a partir de dois documentos: as cartas de doação, que consistia na delimitação geográfica da dita capitania, e o Foral, a partir do qual se obtinham os direitos e deveres do capitão donatário, além dos tributos que deveriam ser pagos à Coroa portuguesa.

Nos forais ainda estava determinado que os donatários deveriam dividir a sua terra em sesmarias. Além disso, era de responsabilidade do donatário a construção de qualquer engenho que seja feito uso pelo sesmeiro, desde que este deveria pagar impostos pelo seu uso.

⁵ Neste livro que é a principal referência sobre a história de Itamaracá, o geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade, explica as condições para o fracasso da Capitania citada, para o qual os aspectos geográficos impossibilitavam, por exemplo o cultivo do açúcar, sendo esta uma das principais causas de seu fracasso econômico. O autor ainda indica o possível abandono do donatário, Pero Lopes de Souza da mesma como motivo para que a Capitania não tivesse êxito. ANDRADE, Manuel Correia de. Itamaracá Uma Capitania Frustrada. Coleção Tempo Municipal 20, Recife: Centro de Estudos de História e Cultura Municipal. – CEHM, 1999.

⁶ TAPAJÓS, Vicente. A Política administrativa de D. João III. Rio de Janeiro, DASP – Serviço de Documentação, 1966. (História Administrativa do Brasil, 2).

A Capitania de Itamaracá foi instituída em 1534 e se localizava ao norte de Pernambuco, estendendo-se ao sul do rio Igarassu e ao norte da Baía da traição, ou seja, com limites geográficos que se estendiam para além da Ilha, alcançando o Continente e povoações como as de Goiana e dos Santos Cosme e Damião de Igarassu. Até que ambas assumissem as suas próprias municipalidades.

O desenho espacial e territorial da Capitania de Itamaracá, bem como das Capitânicas de Pernambuco e da Paraíba, suas vizinhas diretas e a quem legou grande parte de seu território, como discutiremos no segundo capítulo, estão representadas no mapa de 1650, de acordo com o qual estão indicados ainda o traçado dos rios, os acidentes geográficos e a faixa de litoral que compreende quatro importantes capitânicas do norte Brasil. Este exemplar cartográfico proveniente do arquivo digital da Biblioteca Nacional Brasileira é extremamente importante para o nosso trabalho, posto que traz uma riqueza de detalhes referentes as nossas indagações e que pode nos ajudar a compreender a dinâmica de relações entre as três capitânicas.

Sendo assim, faremos uso desse arquétipo em diversos momentos deste texto, a partir da utilização de recortes, com os quais poderemos inquirir inúmeras questões. Quando trabalhamos com um exemplar cartográfico como este, devemos considerar alguns argumentos, sobretudo por tratar-se de uma fonte valiosa para um objeto que considera sobremaneira os recursos geográficos como é o caso deste trabalho. É importante observar, portanto, que um mapa como este é muito provavelmente uma cópia; mas, como bem salienta o historiador Joaquim Romero Magalhães: “o bom cartógrafo é um copista. Limita-se a copiar o já averiguado e a acrescentar o que de novo foi observado e os que vierem depois farão o mesmo. pelo que se reconstituem verdadeiras genealogias que indicam as etapas de uma caminhada do saber geográfico.”⁷

Pensando nisso, podemos indicar já de antemão que, enquanto cópia, este mapa traduz esta feita de detalhes, que suas dimensões são bem próximas do real - fato que não é tão comum. O seu autor é desconhecido, o idioma é o latim, o que nos faz pensar que se trata de um cartógrafo italiano, mas é difícil precisar, já que o idioma era comum aos oficiais da época. Também podemos indicar tratar-se de um exemplar de doação, ou seja, uma produção presenteada - ainda que não possamos indicar a

⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 36

quem - pensamos nisso ao observar o estado de conservação da obra e o objetivo de suas representações. Trata-se este mapa, sobretudo de um levantamento cartográfico, não apenas da costa do norte do Brasil, mas também do interior das Capitâneas, e é nisso que ele se mostra mais valioso para o nosso trabalho, conforme veremos no segundo capítulo deste texto.

Existem ainda, outros mapas que tem por objetivo apresentar o traçado das capitâneas do norte do Brasil, como o Brasilsch Paskaert do atlas Vingboons, produzidos pelo cartógrafo holandês Johannes Van Keulen, que também faz um levantamento hidrográfico e costeiro do Brasil, com trechos que enfatizam as capitâneas do norte, inclusive anterior a estes recortes. Mas como dissemos, as cópias - se podemos dizer que é o caso deste mapa - nos trazem mais detalhes, portanto, o interesse em estudá-lo com o máximo apuro durante vários momentos deste texto.

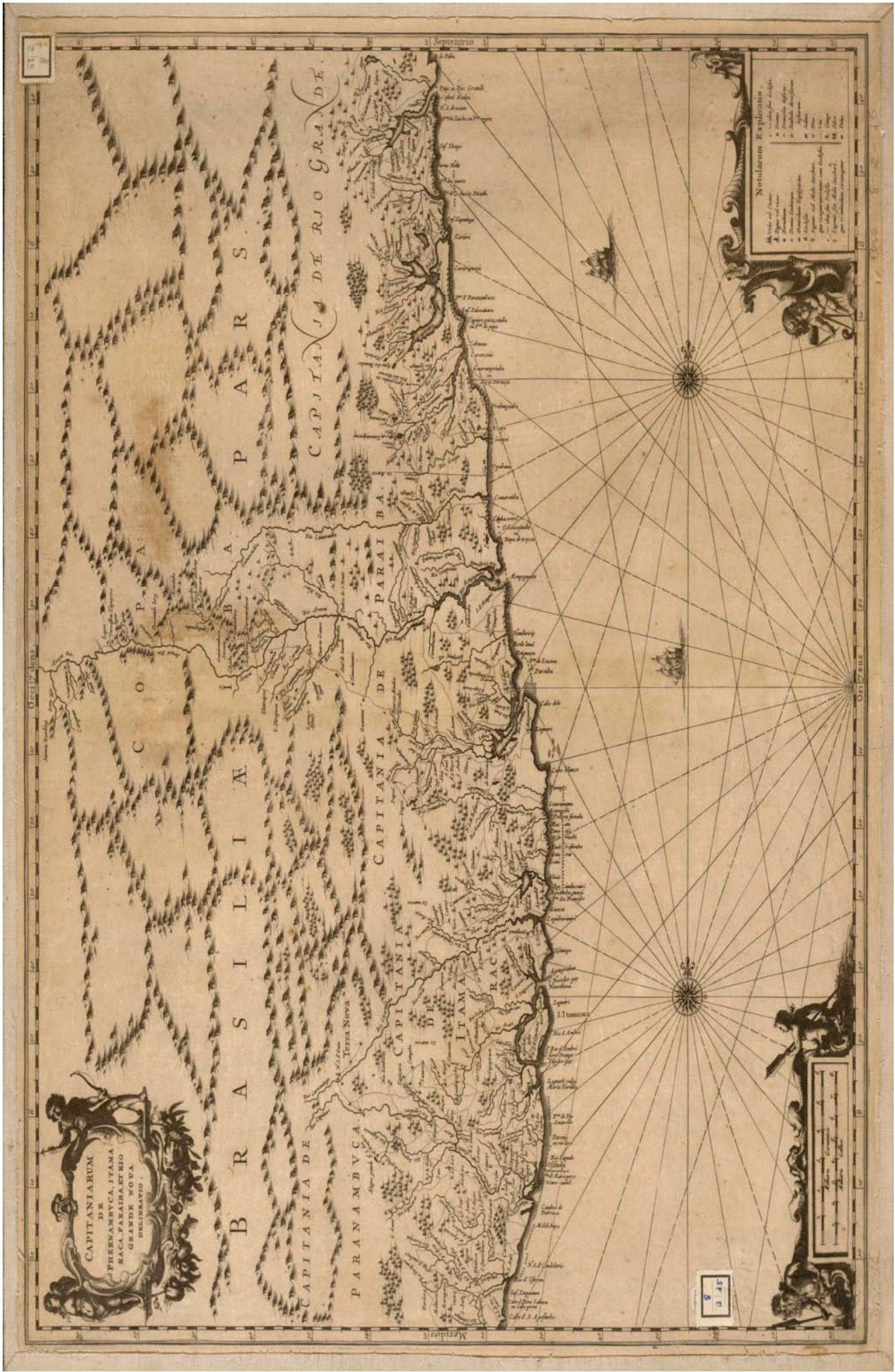


Figura 2: Exemplar cartográfico em latim intitulado: Capitaniarum de Pherrambuca, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande Nova delinea. Datado de 1650, Autor desconhecido; Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional Brasileira (Cart529239)

Como vemos indicado no mapa então, a Capitania de Itamaracá coube, portanto, a Pero Lopes de Souza que, de acordo com Manuel Correia de Andrade (ANDRADE, 1999, p.45), esteve brevemente na Capitania de Itamaracá, mas em viagem ao oriente faleceu, embora muito jovem. Como não havia constituído família, seus os direitos de donataria foram sendo passados para outros membros da família Lopes, inclusive viúvas de seus primos. Durante este interregno, a Capitania ficou sendo administrada por Francisco Braga.

A disputa pelos direitos de donataria da capitania de Itamaracá durou até 1617, e teve como vitorioso Litígio D. Álvaro Peres de Castro e Souza, Marquês de Cascais e Montesanto; mas o direito de posse da donataria ficou sobre o controle do Marques até 1631 quando da invasão holandesa.

Não vamos, contudo, nos ater sobre este período da história de Itamaracá, visto que já existe extensa bibliografia a respeito e que tão pouco vai acrescentar à problemática que trazemos para este texto. É importante saber, no entanto, que neste período, os colonos em Itamaracá eram, sobretudo, portugueses ainda fieis à Coroa.

De acordo com relatos de viajantes e o registro de cronistas como Gaspar Barlaeus⁸ (BARLAEUS, 1980, p. 60), no período holandês, a Ilha de Itamaracá apresentava por suas características naturais⁹ substancial produção de artigos tropicais e água potável. Também José Antônio Gonsalves de Mello faz defesa das características de Itamaracá no período, inclusive em favorecimento de sua economia e do movimento dos seus portos e locais de atracagem, em uma de suas mais importantes obras, Tempo dos Flamengos.¹⁰(MELLO, 1987).

⁸ A obra de Barlaeus é um dos poucos relatos de viajantes que descrevem o cenário de Itamaracá durante o século XVII, preocupando-se em falar dos mais variados assuntos, como parte da comitiva nassoviana, era importante que pinta-se um quadro interessante aos olhos da corte flamenga. Inclusive foi de Barlaeus o conjunto de motivos lançados ao governo de Nassau para que a sede do mesmo se estabelecesse na ilha. Segundo Barleus a Ilha tinha as melhores condições de defesa e portuária para a manutenção do domínio holandês no norte das terras brasileiras. BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife,1980.

⁹ Ibid. p. 60

¹⁰ A obra então referida, é muito importante para o nosso trabalho, posto que traça um quadro bastante claro do período de dominação holandesa no atual nordeste brasileiro, incluindo aí a Ilha de Itamaracá, em período imediatamente anterior ao compreendido em nosso estudo desta maneira extremamente relevante. Também porque este autor é um dos maiores intelectuais

Saber da importância econômica de Itamaracá em período anterior e durante a invasão holandesa serve para compreendermos a situação da sua condição no período de restauração, que é justamente aquele que mais nos interessa. A partir de 1654, as Capitânicas do Norte afetadas pela invasão holandesa iam passar por uma reestruturação econômica, e, inevitavelmente, esta afetaria Itamaracá.

Durante este período de reestruturação, as Capitânicas mantenedoras de relação próxima com a de Pernambuco como era o caso de Itamaracá se viram em uma situação difícil. Com a restauração, muitos engenhos tiveram de ser devolvidos a seus antigos proprietários, e para que a ordem pudesse ser mais rapidamente estabelecida, o controle da Capitania ficou nas mãos da Coroa.

Em meio a esta confusão administrativa, os governadores de Pernambuco acharam por bem entender que as Capitânicas de Itamaracá, de Paraíba e de Rio Grande eram suas Capitânicas anexas. No entanto, os donatários destas capitânicas afirmavam que somente as vilas de Porto Calvo, de Sirinhaém, de Alagoas e de São Francisco eram anexas a Pernambuco.

As Capitânicas acima citadas continuavam como independentes devido ao fato de possuírem capitães-donatários próprios. Ainda que as palavras fossem ditas e os dois lados da história fossem apresentados, venceu o mais forte. Pernambuco, na autoridade do então governador Francisco Barreto de Menezes acabou se valendo de prerrogativas políticas na região para manter o domínio ao menos parcial sobre a capitania.

As disputas pela retomada do direito donatário por parte da família do Marquês de Cascais durou muitos anos posteriores e muitas querelas administrativas, inclusive contra a Coroa Portuguesa. Além da disputa por este direito e por este motivo acabar ficando sem um donatário de fato, a Capitania de Itamaracá enfrentou problemas de ordem político-social.

da história brasileira e como tal legou uma quantidade infindável de documentos que atualmente são de difícil acessibilidade para o pesquisador comum, seja por terem se perdido no tempo, mais também porque faziam parte de coleções aqui foi dado o privilégio a poucos de acessar, sendo o professor José Antônio um deles. MELO, José Antônio Gonçalves de. Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil, Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 1987.

Após a restauração dos territórios tomados pelos holandeses, em meio a estas disputas administrativas, a Capitania foi perdendo espaço político, e sua sede passou por uma disputa para mudança territorial, tirando da Ilha o controle da Capitania. Durante a ocupação holandesa, a sede administrativa funcionava na Vila de Nossa Senhora da Conceição, com a presença das principais instituições do poder Português como a Casa de Câmara e Cadeia e a Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1692 quando da elevação de Goiana à categoria de Vila, esta passou a comportar os direitos de sede da Capitania.¹¹ Conseqüentemente sem donatário, persistindo a disputa da família Cascais junto à Coroa Portuguesa, e já sobre influência direta do Governo de Pernambuco a Capitania passou efetivamente para o seu controle em 1763 e foi por fim anexada a Pernambuco¹², sob os direitos do então governador Luiz Diogo Lobo da Silva.

1.2 Sobre as Condições Produtivas da Pedra Calcária

“Queima o calcário e da cinza nasce aquilo

Que para sempre liga pedras numa só

Enrijecida pelo tempo, resiste à neve e ao sol.

Tornando-se de mais valia para dias sem conta”¹³

Para compreender o diálogo entre a história da Ilha e a produção de cal, colocamos sua condição econômica durante parte do século XVII e os seus

¹¹ Sobre as disputas pelo direito de cabeça da Capitania de Itamaracá, entre Nossa Senhora da Conceição e a Vila de Goiana ver a dissertação de Luciana de Carvalho Barbalho in *Capitania de Itamaracá Poder e Conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB, 2009.

¹² A data de anexação da Capitania ainda não é consenso entre os historiadores da História de Itamaracá, em Pereira da Costa consta do ano de 1756, a partir da morte do último donatário, quando a Capitania é comprada por José Góes que a vende ao Rei de Portugal D. João V e este favorece a anexação à Pernambuco. Entretanto, no ano de 1756 o rei de Portugal é D. José I, o que nos faz questionar esta informação equivocada cronologicamente.

¹³ Michelangelo, extraído da obra: *Examination of 136 years old Portland cement concrete in Concrete International*, vol. 13, Issu 5. Naerum, Denmark, 1983.

desdobramentos no século XVIII, visto isto, precisamos atuar sob a relação deste ambiente político e, sobretudo, econômico na produção da cal.

É importante ressaltar que nossa análise considera um ponto de partida histórico e que se baseia em uma diversidade de fontes arqueológicas e geográficas que ajudam a dar sentido a um objeto que não é naturalmente um objeto de estudo histórico.

Buscamos, então, entender o que é a cal como é produzida e para que foi utilizada ao longo de dois séculos no território da Ilha e em porções continentais associadas à Capitania de Itamaracá. As primeiras construções registradas com o uso da cal na América colonial foram cais, pavimentos e edificações públicas. Na Ilha de Itamaracá, encontramos ainda hoje vestígios de 14 fornos de cal que, de acordo com dados arqueológicos¹⁴, remontam a fins do século XVII e início do XVIII.

A matéria-prima para a fabricação da cal é a pedra calcária, os fornos são estruturas escavadas em barrancos ou construídas de tijolos batidos, de pedra ou de ambos, como é o caso dos fornos encontrados na Ilha de Itamaracá. Utilizando a combustão por madeira ou carvão, o processo de produção da cal durava em média 72 horas.

Como foi dito em outro momento deste texto, a cal como matéria-prima para a construção civil tem uma longa e profícua história. Mas podemos dizer que vai além do uso prático; esse material podia ser ferramenta para incríveis obras de arte, ou de comunicação e, também como ainda hoje se faz: fornecer segurança e abrigo.

De acordo com o arqueólogo Brian Fagen, o homem conheceu a cal durante o período paleolítico. Em seu Célebre estudo *The Journey From Éden*, o autor busca desvendar as origens dos primeiros homens através de sua tecnologia e do largo uso feito por eles dos minérios. Em escavações arqueológicas realizadas no norte da Tailândia, comandada por Geoffrey Poppe, foram encontradas ferramentas de pedra e ossos de animais próximos a uma estrutura de basalto. Segundo Fagen, o basalto era trazido para o sítio pelos indivíduos que sentavam ao redor do fogo porque eles sabiam

¹⁴ Os dados arqueológicos utilizados na pesquisa são provenientes do levantamento efetuado durante a execução do projeto "Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano", entre os anos de 2006 e 2008, desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco e financiado pelo CNPQ.

que a queima do calcário local gerava cal virgem – uma substância cáustica. De acordo com estimativas do autor, os artefatos encontrados no sítio remontam de 70 mil anos atrás.

Entretanto, a evidência mais concreta para a utilização da cal está nos estudos de Venaut¹⁵, que afirma que a argamassa foi utilizada como aglomerante em uma laje de 25 cm de espessura no pátio de uma vila da atual Iugoslávia, datada do ano de **5.600 a.c.** Outra fonte importante para este registro foi a obra “Theory and Practice of Lime Manufacture” (1945), Victor J. Azbe¹⁶ que indica muitos monumentos de relevância para a cultura ocidental como tendo utilizado a cal, como argamassa e revestimento desde o palácio de Knossos em Creta, construído no ano 2.000 a.c, onde os arqueólogos encontraram paredes revestidas com duas camadas de argamassa de cal.

Com os gregos foi utilizada no templo de Apolo em Corinto, no ano de 540 a.C., de acordo com Azbe¹⁷. O mesmo autor investiga a construção da Via Ápia Romana e mostra que era composta por 4 camadas: a primeira de pedras chatas com 20 a 60 cm de espessura; a segunda camada de cascalho com pequenas pedras misturadas com Cal hidratada, e de cerca de 22 cm de espessura; uma outra camada central com cerca de 30 cm de espessura é composta de cascalho de pequena granulometria e areia grosseira, misturados com cal, sendo essa a composição que passou a ser chamada “concreto romano”. Sobre toda essa argamassa ainda fresca, foi colocada, por fim, a última: a capa superior ou a camada de rolamento (da calcedônia de origem vulcânica), com cerca de 15 cm de espessura. O conjunto das camadas chegava a ter um metro e meio de espessura e a via se estendia por 288 km

Nas colônias portuguesas, temos notícias da produção e utilização da cal, a partir do texto: *A Cal nas Canárias: Elementos para o seu estudo*, do historiador, Ribeiro temos o entendimento do sistema de extração, produção e comercialização da Cal nos Arquipélagos de Açores, da Madeira e das Canárias. Segundo o autor, a cal figurava como importante recurso econômico. Entretanto, Ribeiro chama atenção para

¹⁵ VENAUT, M. Murat. Modification of some physical properties of gypsum plaster by addition of clay minerals. Institut National des Sciences appliquées, Lyon. Volume 21, Issu 2-3. 1991.

¹⁶ AZBE, Victor J. “Theory and Practice of Lime Manufacture” (1945), Sorocaba, São Paulo, da S.A.I. Votorantim.

¹⁷ Ibd, 135.

um tráfico deste produto entre as Ilhas dos Arquipélogos que denota uma interdependência entre os locais de produção e de extração da cal, tendo em vista que em determinada Ilha tinha-se acesso à pedra calcária e em outra à madeira ou ao carvão necessário para a queima da pedra.

No Brasil, o primeiro uso noticiado da cal foi feito pelo viajante Gabriel Soares de Souza, em seu *Tratado Descritivo do Brasil (1587)*, na Bahia, embora a natureza da obtenção do produto seja diferenciada, posto que se trata de cal de ostra, uma variação utilizada em outras partes do Brasil, e que fornece um tipo diferente de liga, apesar de ser queimada em fornos semelhantes aos tradicionais de pedra calcária, na maioria das vezes. A outra forma de efetuar a queima é juntar os concheiros a um amontoado de madeira e processar enquanto queima. Esta técnica é mais desgastante, pois, o tempo de queima é muito grande e requer a vigilância e manutenção do fogo, o que não ocorre no forno de barranco.

Uma característica interessante sobre o uso dos componentes químicos e de sua extração para a obtenção da cal é o ambiente natural de que advém. Uma similaridade surge assim que observamos os locais em que a produção da argamassa foi efetuada com propriedade e durante longos períodos de tempo, constituindo verdadeiras indústrias como a da Ilha de Portland nos EUA, iniciada em 1685 e a de Plymouth, na Inglaterra. Isso significa dizer que o uso da cal diz respeito à geologia dos locais utilizados para a produção como Grécia, na Itália, nas colônias portuguesas e na Ilha de Itamaracá. Sendo assim, a cal é fruto da geologia de ilhas e como tal nos leva a questionar se apenas a obtenção de matéria-prima era a condicionante para a instalação dos fornos das ilhas ou se outro fator de natureza social ou econômica eram relevantes na escolha do local de produção.

Neste sentido, podemos dizer que a Ilha de Itamaracá tinha o privilégio de contar com uma riquíssima jazida de pedra calcária, bem como uma grande quantidade de madeira boa para queima em seu território, o que eliminou a codependência observada em alguns locais, em relação ao continente, fazendo todas as etapas da produção na própria Ilha.

Uma das madeiras extraídas em larga escala na Ilha, inclusive, como produto de exportação, era o Pau-Brasil. Essa prática durou até o século XVII, contemporâneo à

época da presença holandesa. O que nos chama a atenção é outro elemento natural que vai diversificar esta economia são as salinas - outra fonte de matéria-prima para a produção da cal -, embora supomos que não influencie nos lugares sociais ocupados pelos grandes produtores de açúcar presentes na Ilha,

Acreditamos que este elemento natural também contribuiu (de forma mais modesta) para a ascensão social de diversos indivíduos que habitaram na capitania de Itamaracá na medida em que participavam de sua produção ou comercialização e que assim como os grandes proprietários de terra poderiam estar ligados a várias atividades produtivas ao mesmo tempo.

Criadas a partir do processo de evaporação da água (evaporitos), as salinas são o resultado da sedimentação do sal após a ausência da água. Esse processo também fornece informações sobre os fatores paleoclimáticos, os quais podem contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica do solo, da paisagem, do ciclo hidráulico e, conseqüentemente, das possíveis ocupações em determinados locais.

Entretanto, o relevo assim como a composição geológica da Ilha de Itamaracá possui áreas que se apresentam como verdadeiros vales, os quais são contemplados pelas águas vindas do mar por diversos canais que a cortam. Essa formação contribuiu bastante para a formação de salinas, as quais foram responsáveis não só pela extração do cloreto de sódio (NaCl), mas também por sua utilização no processo de calcinação da pedra calcária.

As salinas da Ilha de Itamaracá, conforme a figura 02, na página seguinte, também foram mencionadas pelo viajante Inglês, Henry Koster, o qual as descreve em seu diário: “nas ilhas colombianas usam sempre a cal e alguns agricultores em Pernambuco, há pouco tempo, introduziram o emprego desse álcali nas suas indústrias, mas existe no país um preconceito contra a cal, sob pretexto de que o açúcar obtido não é sadio, e isto obstou que muitas pessoas o adotassem. Nenhuma dificuldade surgiu para seu uso entre os próprios plantadores porque a facilidade de sua busca encorajava as experiências.” (KOSTER, 1978. p. 435).



Figura 2 Salinas da porção sul da Ilha de Itamaracá; Fonte: Rodrigo Oliveira.

As salinas tinham também a função de fornecer material para o processo de calcinação da pedra calcária antes e durante o processo da queima. O processo se dava pela queima do material encontrado em afloramentos naturais decorrentes do relevo submarino, no qual a pedra calcária seria encontrada com maior teor de calcinação.

A importância da produção de cal não se deve somente a sua utilização para a produção açucareira como posto por Koster¹⁸, o fato de os fornos de cal encontrados na ilha localizarem-se próximos às salinas denota a ação em conjunto destes dois elementos naturais que, segundo relatos de moradores, como o senhor Edenildo¹⁹, era utilizado também para a construção civil.

¹⁸ Ibid. p. 345.

¹⁹ Atual morador de forno de cal, melhor conservado que fica próximo à Vila Velha, entrevistado pela equipe do projeto Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano.

Para entendermos as circunstâncias físicas da produção da cal na Ilha de Itamaracá, recorreremos ao entendimento de seu ambiente geográfico e geomorfológico na medida em que estas condições possibilitam o diferencial para os demais aspectos observados em relação a outras “Ilhas atlânticas” que também produziam ou utilizavam a cal no período estudado.

É importante ressaltar que neste texto fizemos uso em larga escala dos pressupostos da História Ambiental, na medida em que compreendemos que equacionar a dinâmica do meio ambiente natural com os aspectos sociais, culturais e políticos de determinado ambiente histórico é possível de forma mais coerente se utilizarmos, por vezes, as ferramentas legadas em aliança pelas Ciências Humanas e pelas Ciências da Natureza.

Neste caso, fazemos uso da Geografia em grande medida, mas também da Biologia, da Física e da Química de modo a construir um panorama espacial que justifique a utilização da cal, como matéria-prima e como elemento de construção de sentido social para uma configuração específica de economia colonial, como a experimentada nesta “Ilha atlântica”.

Para elaborar um entendimento do nosso objeto a partir do ambiente natural, compreendemos ser necessário articular a nossa multidisciplinar discussão a partir da metodologia aplicada pela História Ambiental, achamos, por bem, conhecer em que medida este aporte teórico pode conferir em amplo sentido o entendimento de nossas fontes, sobretudo, no que diz respeito à escrita e análise das fontes. Para tanto, se faz necessário entender o caminho percorrido, historiograficamente, por este lugar de observação que adotamos em nosso texto.

Os primeiros debates que incluem o ambiente natural em termos de reflexão histórica remontam aos primeiros Annales, Lucien Febvre já considerava e elaborava uma história social em que os movimentos da natureza eram considerados como fundamentais para o entendimento da estrutura social. Mais tarde, Braudel vai se referir da seguinte maneira: “Lucien Febvre costumava dizer: 'a história é o homem'. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos.” (Fernand Braudel apud Moore, 2003, p.431).

Esta definição ampla de história vai acompanhar na década de 1970 outro movimento que nos Estados Unidos da América se preocupa com os efeitos das

intervenções humanas sobre a natureza, junto a esta problemática que ainda nos é atual, alguns historiadores, como Roderick Nash²⁰, vão retomar o debate dos franceses, ancorados nas temáticas propostas pela ecologia e seu ambiente de visibilidade no mundo moderno.

Entretanto, a proposta de História ambiental que encaramos difere um pouco da tradição americana. Esta tradição se preocupava com os problemas do presente e dos rumos tomados pela natureza sob o efeito da ação humana. Contudo, a proposta desse trabalho se aproxima do que fizeram os Annales na segunda metade do século XX quando indagavam acerca dos efeitos da natureza para a dinâmica da população, para construção de recursos econômicos de uma sociedade e para a condição política da mesma na medida do alcance de seus territórios e de suas articulações com a produção e consumo de recursos naturais em suas diversas formas.

Para entender a produção da cal na Ilha de Itamaracá, estabelecemos um recorte em que configuramos os espaços geográficos da Ilha e sua relação com o sistema colonial que está dado para o período em que estudamos - fins do século XVII e início do XVIII - e refletimos de que forma este cenário físico-geográfico pode ter influenciado na condução e articulação produtiva da cal.

No entanto, como via de entendimento a Ilha de Itamaracá encerra singularidades territoriais que correspondem ao seu status de Ilha e também à sua dinâmica de aproximação com o continente. Estes fatores devem ser analisados de forma a confrontarem os aspectos físicos de sua geografia que possibilitam a navegação em seus arredores, o escoamento da produção e mesmo a própria natureza dos produtos encontrados na Ilha.

O primeiro passo, então, é entender como definir os limites litorâneos do Brasil colonial e perceber como eles se relacionam com a Ilha em questão, levando em consideração que Itamaracá está em diálogo direto com as Capitanias de Pernambuco e da Paraíba, o que diminui as distâncias geográficas.

²⁰ O historiador cultural foi responsável por ministrar o primeiro curso de história ambiental, no ano de 1972, na Universidade da Califórnia, publicando nos anos seguintes diversos livros que se tornaram referência na área como o *Wilderness e the American Mind*. (NASH, Roderick. *Wilderness e the American Mind*. Fourth Edition, Yale University; 2001.

É importante saber agora que um litoral é a extensão de território ao longo da costa, às bordas do mar, e que durante quase três séculos, a dinâmica de colonização brasileira fixou base nesta estreita faixa de terra. Quando falamos da Ilha de Itamaracá, elaboramos que a sua dinâmica está relacionada ao movimento produzido pelo litoral e ainda pelas variações geográficas e geomorfológicas de sua condição enquanto Ilha, ela se enquadra como uma faixa de terra cercada de mar, então, todo o seu território é delimitado por um litoral.

Como as faixas de litoral, devido às suas características naturais, fazem parte de dinâmica que está sujeita a modificações constantes influenciadas por diversos fatores diretos e indiretos, nós não podemos ter uma noção exata de sua atuação em um curto período de tempo. Precisamos elaborar o seu entendimento no sentido de uma evolução ao longo de séculos de atuação da natureza e do homem.

É neste sentido que muitos historiadores, sobretudo aqueles atrelados a História Ambiental, decorrem hoje os seus problemas para um entendimento deste ambiente que sofre a interação destes fatores em comunhão, por isso, o entendimento da geografia do local nos ajuda a entender de que forma a produção da cal se assentou na Ilha.

Além disso, entender a estrutura geomorfológica da Ilha denota um sentido estratégico para esta produção tendo em vista a localização dos fornos de cal e dos ambientes de extração de matéria-prima - as jazidas de pedra calcária. A compreensão da dinâmica de praias e rios influencia esta produção em diversos aspectos, tornando latente um estudo aprofundado de suas características.

Na medida em que pensamos sobre as atividades econômicas ligadas à cal, devemos refletir sobre as variadas nuances deste processo. O que significa dizer que para além de saber o que é e como se produz a cal, precisamos compreender o caminho pelo qual perpassa entre a fase de extração da pedra calcária até se tornar um produto comercializável.

É importante notar ainda que aliado às condições geográficas, geomorfológicas e arqueológicas, o fator humano está sempre presente e deve ser tomado como ponto de partida para a reflexão deste complexo ambiente cultural. Sendo assim, dedicamos

ao terceiro capítulo o lugar das relações humanas em sua intrínseca associação com o ambiente natural do qual advém a pedra calcária e no qual a cal é produzida.

Neste sentido, analisamos a dinâmica litorânea e encaramos que ela está sempre em movimento. Na medida em que utilizamos dados e fontes acerca deste ambiente natural, devemos tomar isto como pressuposto. Consequentemente, podemos entender que a análise, por exemplo, de mapas e iconografias do século XVII nos dá uma boa visão sobre a configuração da Ilha; todavia devemos estar atentos para as condições de mudança neste cenário.

Como historiador, sempre nos foi útil confrontar mapas e iconografias do período colonial e contrapor com imagens atuais. As mudanças, constantemente, foram visíveis no sentido da ocupação urbana e outros aspectos mais latentes aos olhos de quem está preocupado com as ações humanas, sendo assim, os fatores antrópicos se tornam mais evidentes.

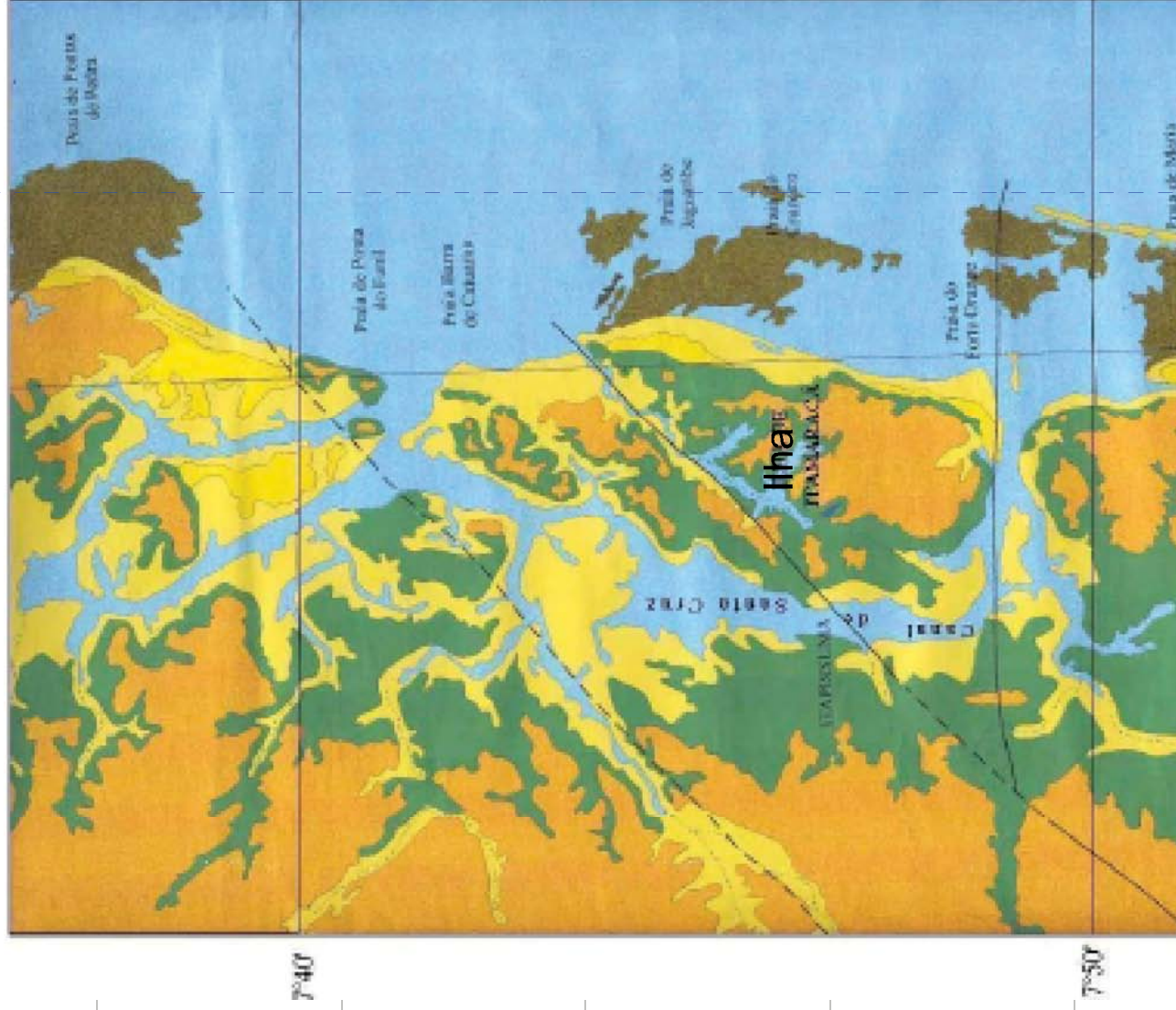
Contudo, se observarmos mais atentamente os dados legados pela geografia, percebemos que, para o ambiente físico, pequenos contrastes percebidos ao longo de séculos nos dão respostas diferenciadas quando observamos um ambiente tão variável, mas cuja variação ocorre em um longo tempo.

Por conseguinte, levamos em consideração ainda que, nem toda a mudança ocorrida no litoral tem apenas efeitos naturais como os associados às mudanças climáticas, à subida do nível do mar e ao fornecimento de areias à linha da costa.²¹ O homem também atuou de forma contundente neste espaço com a construção de barragens; retirada da cobertura vegetal (no caso da Ilha vegetação de mata atlântica); ocupação de áreas de mangue; construção de barreiras ao longo da costa de linhas de defesa, no nosso caso, de fortes e também a retirada de elementos naturais, no caso, em questão a pedra calcária.

²¹ Os aspectos geomorfológicos e a relação histórica de entendimento da dinâmica litorânea ao longo de séculos pode ser observado a partir da leitura do artigo de Maria da Assunção Araújo: A evolução do Litoral em tempos históricos: A contribuição da Geografia Física. Inn: AMORIM, Inês; POLÓNIA, Amélia; OSSWALD, Helena. O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI-XVIII). Instituto de História Moderna; Centro Leonardo Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 2001.

A Ilha de Itamaracá possui uma área de aproximadamente 65 km². Esta Capitania deve ter sido separada do continente devido à deposição de sedimentos da composição da Formação Barreiras, já que os mesmos podem ser encontrados tanto na Ilha quanto no Continente. A Ilha está localizada na Bacia da Paraíba que se caracteriza por ser uma bacia extensional da margem atlântica brasileira de evolução tardia. (BARBOSA LIMA FILHO, 2004). A planície litorânea da Ilha encontra-se compartimentada em Terraços Marinhos Superiores ao período Pleistoceno; Terraços Marinhos Inferiores, do período Holoceno; Flechas Litorâneas; Baixios de Maré e Arrecifes.

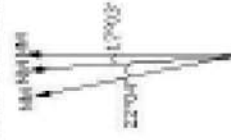
MAPA GEOLÓGICO



LEGENDA

- Indiferenciado
- Holoceno
- Recifes de algas calcárias
- Beachrocks
- Pleistoceno
- Plioceno
- Cretáceo
- Pré-Cambriano
- Falhas inferidas
- Falhas definidas

Declinação magnética em 1986 e convergência meridiana do centro da folha



A declinação magnética cresce 2,5" anualmente



Figura 4. Mapa Geológico da Ilha. Fonte: Martins, 1997

Na região adjacente à Ilha de Itamaracá, temos também um outro importante elemento de influência para as características geomorfológicas que dizem respeito à dinâmica das marés, “devido à presença de barras arenosas e recifes que promovem a refração das ondas, fazendo-as chegar às praias com tamanho reduzido.” (MARTINS, 1997).

A salinidade também apresenta dinâmica diferenciada em ciclos sazonais, apresentando valores mais elevados que foram observados em períodos secos, máximo de 37,6% e valores mais baixos no período chuvoso, mínimo de 28,88%. Esses números apresentam flutuações próximas à costa devido à influência dos rios costeiros.

É importante relacionar a classificação dos grãos sedimentológicos obtidos na faixa litorânea, bem como na Plataforma continental, tendo em vista a sua caracterização e a compreensão do material encontrado. Neste sentido, a obtenção das análises se tornam relevantes na medida em que revelaram a existência da predominância da classe textural de areia. Além desta, há cinco subclasses distintas de grãos distribuídos ao longo da plataforma interna, que são: areia muito grossa; areia grossa; areia média; areia fina e areia muito fina.

Com estes resultados, podemos refletir sobre tratar-se desta área de deposição sedimentar de influência moderada, sobretudo apresentando areia fina relacionada aos locais que se diferenciam por apresentarem como barreiras naturais à deposição e a presença dos arrecifes. Por outro lado, a nossa área de interesse já relacionada, principalmente as praias do Forte Orange, São Paulo e Forno da Cal apresentam dinâmicas diferenciadas e resultados granulométricos que indicam acúmulo de sedimentos de granulometria média.

Em decorrência disso, observamos que essas praias não apresentam a interferência de arrecifes, e como tal, estão em elevado estágio de erosão. Este fator nos leva a acreditar que existe uma direta relação entre estes eventos e a presença acentuada da pedra calcária, bem como de sua obtenção, que geralmente é de difícil acesso, já que é encontrada em áreas de fundo das plataformas devido a sua formação geológica. Neste caso, temos uma ocorrência direta entre a formação e dinâmica dos recursos naturais e sua utilização pensada a partir da perspectiva da História Ambiental

como elementos de intersecção entre a ação humana sobre o meio e também o inverso.

O mapa abaixo relacionado indica as áreas de análise do material sedimentológico da Plataforma Interna Adjacente à Ilha de Itamaracá, com o qual podemos indicar os limites de observação e o contexto geomorfológico da área.

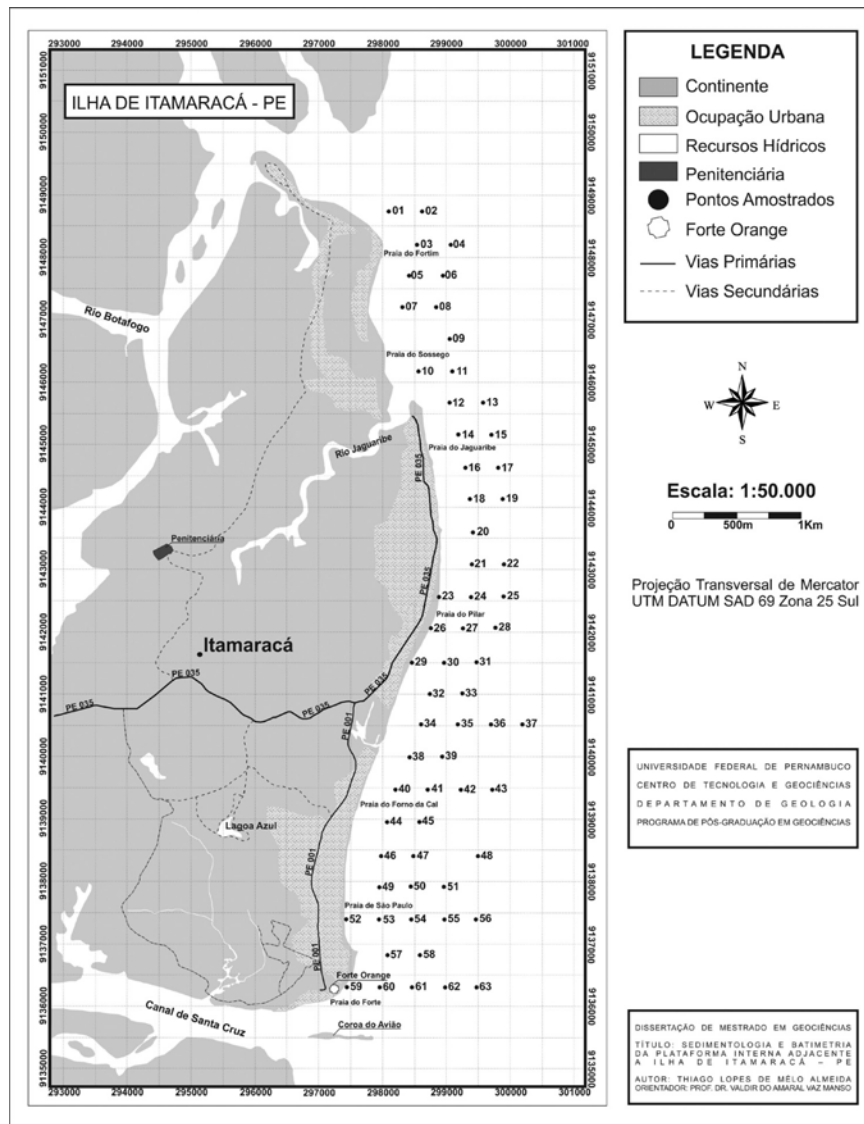


Figura 4 Mapa de Composição Sedimentológica da Ilha de Itamaracá. Fonte: Silva, 2004

Toda a extensão do território da Ilha é formado por praias, as quais são “depósitos de sedimentos inconsolidados, constituídos geralmente por areias, cascalhos, conchas, entre outros acumulados predominantemente pela ação das ondas, que por apresentarem mobilidade se ajustam às condições hidrodinâmicas” (Suguio, 1992, p. 05). Mas, podemos dizer que o ambiente praias é um pouco mais amplo do que o termo praia, pois estende-se de pontos permanentemente submersos situados além da zona de arrebentação até a faixa de dunas ou escarpas que fica à retaguarda do ambiente.

A área oceânica da Ilha tem aproximadamente 16 km de extensão formada por inúmeras praias as quais listamos aqui em sentido do Sul para o Norte: Forte Orange, São Paulo, Forno da Cal, Pilar, Jaguaribe, Sossego, Enseada dos Golfinho e Fortim. Para o nosso trabalho, será observada a dinâmica em apenas algumas destas praias que correspondem aos locais que reconhecemos como de retirada de matéria-prima, pedra calcária e como local de produção onde pudemos encontrar estruturas de fornos da cal.

Assim encontramos que a linha de costa da Ilha de Itamaracá que totaliza 16.550 metros, Ilha passou por inúmeros processos de erosão e retirada de sedimentos, sendo classificada hoje como intensamente erodida e estável, o que faz referência à extensão da vulnerabilidade, passando de baixa, média e alta vulnerabilidade.

Tabela 1: Configuração dos Padrões Geomorfológicos das Praias da Ilha de Itamaracá

| Praia | Área em M² | Situação da Linha da Costa | % do Litoral |
|--------------|------------------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Forte Orange | 1.239.969 | Estável | 7 |
| São Paulo | 1.284.320 | Intensamente erodido | 3 |
| Forno da Cal | 2.115.665 | Intensamente erodido | 0,8 |
| Pilar | 1.513.214 | Estável | 9,2 |

| | | | |
|--------------------------|-----------|---------|----|
| Jaguaribe | 520.131 | Erodido | 20 |
| Sossego | 1.445.816 | Estável | 11 |
| Enseada dos Golfinhos | 1.454.934 | Estável | 49 |
| Fortim | 618.620 | Estável | 11 |

Os dados necessários para a obtenção dos resultados presentes na tabela acima são frutos de pesquisas de campo, bem como da leitura documental referente aos estudos geológicos já realizados na Ilha, tendo por base a metodologia de Stevez e Finkl Jr. (1998). A partir destes dados, podemos reconhecer o grau de evolução tanto das habitações, das áreas construídas, do desenvolvimento de atividade extrativa mineral, e relacionar ao grau de erosão encontrado na linha da Costa.

Assim, podendo compreender em que medida se obtém áreas de atividade relacionada à obtenção da pedra calcária, bem como reconhecer a zona de exploração e a sua intensidade com as quais poderemos reconhecer um período aproximado de utilização deste minério. A compreensão da linha da costa da Ilha de Itamaracá gera um número de possibilidades para o nosso objeto na medida em que nos lega informações que não encontramos nos documentos históricos, e que quando existem, estão decodificadas sob outros termos e denominações.

Neste sentido, discutiremos no terceiro capítulo as praias de Forte Orange, São Paulo, Forno da Cal, as quais ficam próximas à Vila Velha, local já referido neste texto como principal área de ocupação da Ilha no período estudado, bem como a praia do Fortim, onde encontramos a estrutura de um forno da cal atrelada ao Fortim da Catuama (estrutura também em ruínas). A utilização destas três praias em particular se deve, sobretudo, aos estudos geomorfológicos apresentados em parte acima a partir dos quais obtivemos a configuração destas praias, com vias ao reconhecimentos de seu potencial como produtoras de matéria-prima e como local de fomento da produção.

Sobre estes dados, podemos observar ainda a sazonalidade da produção da cal comparada a outras informações relacionadas acima, como a dinâmica das marés e a deposição de sedimentos.

É importante ressaltar ainda que toda a faixa de litoral fosse propícia à produção da cal, devido à condição de obtenção de matéria-prima. Assim, podemos indagar da necessidade e dos usos dados a este produto levando em consideração o transporte e a localização dos povoados que neste período, como dito anteriormente, situava-se de forma mais expressiva na porção sul, onde se tinha contato mais próximo com o continente em uma margem, ao longo do canal de Santa Cruz e também com o oceano Atlântico no sentido do Forte Orange.

Apesar disso, registramos a presença de um forno da cal no outro extremo da Ilha - a porção norte - local habitado a partir da segunda metade do século XVIII, exceto pela presença do Fortim desde o início da ocupação do território, remontando ao século XVI e servindo de mecanismo de defesa da porta de entrada para o Continente e para as Capitâneas ao longo da porção norte do litoral, como observado na iconografia abaixo:

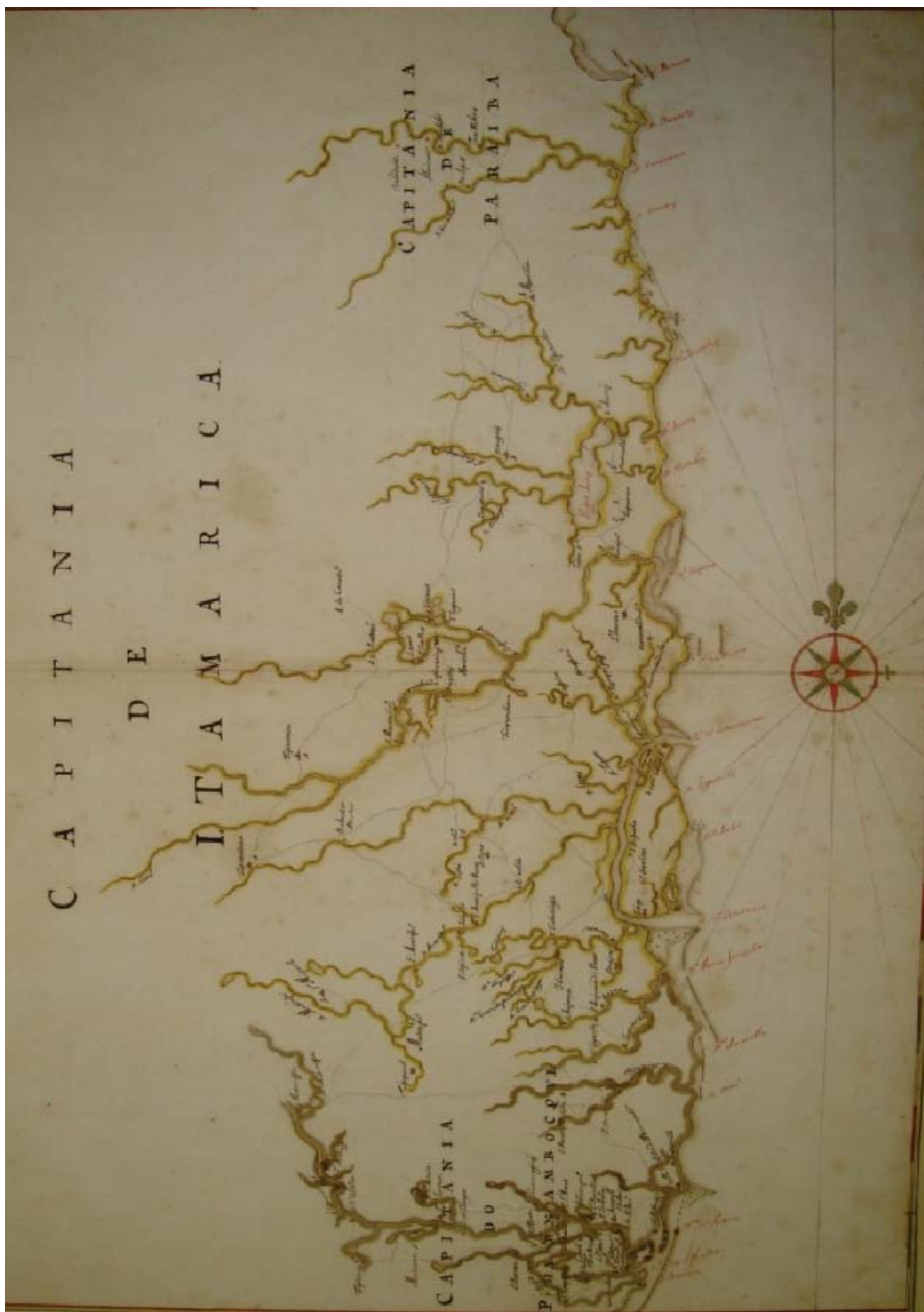


Figura 6. Mapa Setecentista evidenciando o traçado da Capitania de Ilmaracá. Fonte: Atlas Johannes Vingboons de 1685, recolhido do arquivo da Sinagoga Kahal Zur Israel

Nesta iconografia conseguimos perceber ainda a visão do autor ao retratar não só a capitania de Itamaracá, mas também as capitanias vizinhas, as quais tiveram seus limites bem definidos, assim como as rotas marítimas e fluviais que se fizeram de suma importância para o desenvolvimento da Ilha. Essas rotas serviam também para o escoamento de produtos que eram produzidos na Ilha ou que a partir dela foram exportados em Naus, Galeões e outros tipos de embarcações para Europa.

Neste sentido, ainda que a história nos diga muito sobre os fornos de cal e sobre a economia a ele ligada no período, em Itamaracá e outras partes do mundo, a materialidade dos fornos pode nos indicar de que forma eles dialogavam com o ambiente em que estavam postos, fazendo como indica Pedro Paulo Funari²² sobre a característica das fontes arqueológicas, “pois a cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo confrontar-se às fontes escritas” (FUNARI, 2007. P.28)

Ao nos depararmos tanto com fontes escritas como com a materialidade dos fornos de cal e de seu contexto de produção, buscamos empreender a crítica a estas fontes e colocá-las frente a frente no sentido da comparação temporal e da relação de seu sentido de produção.

Da mesma forma que em história podemos questionar a motivação para a escrita de determinado mapa de carga ou ordem alfandegária, podemos analisar a intencionalidade da construção de um forno de cal próximo ao que então conhecemos como fortim da Catuama. Esta construção se localiza na porção norte da Ilha em oposição à grande maioria dos outros fornos que se localizam ao sul, na área mais habitada no período estudado.

Encontrar este forno de cal próximo às ruínas do fortim suscitou muitas perguntas, e algumas delas podem ser respondidas com a ajuda dos registros históricos. É neste intermício que encontramos o maior entendimento entre as duas Ciências; onde a História não chega, a Arqueologia encontra brechas e lança luz sobre questões até então obscuras.

A Arqueologia histórica em parceria com a História sócio-cultural nos possibilita entender não só o panorama econômico como posto para Itamaracá entre o XVII e o

²² FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia e Patrimônio. Habilis Editora: Erechim, RS. 2007.

XVIII, mas a elaborar condições para o entendimento de uma economia que não figurou como interessante aos olhos da Coroa, mas esta economia esteve presente. A materialidade dos fornos de cal encontrados em quantidade na Ilha, exatamente na área de maior influência político-social e econômica demonstra que sua função neste cenário era maior do que denotam as fontes históricas.

Para a arqueologia, é importante compreender que o espaço de observação do objeto é mutável e que os sítios²³ sofrem intervenções humanas no presente e já sofreram ao longo dos séculos. Quando falamos da produção da cal não falamos só de uma única estrutura de produção, mas de uma rede de atividades difíceis de rastrear por tratar-se de atividades ligadas à população menos favorecida no cenário da Coroa.

E ainda, tratamos de vestígios materiais remanescentes aos séculos XVII e XVIII encontrados em uma área de intensa atividade humana durante todo este tempo até hoje. Sem contar que diferente dos bens imóveis arqueológicos com os quais todos estão acostumados como Igrejas e casarões, que naturalmente fazem parte do que consideramos patrimônio, os fornos de cal não estão entre eles no Brasil e isto dificulta ainda mais o seu estado de conservação.

1.3 A Tecnologia dos fornos de cal

O forno é a principal estrutura produtiva da cal. Para entendermos como este produto circulava na Ilha e nas demais áreas da Capitania de Itamaracá, faz-se necessário investigar as características de seu meio produtivo que está para além do momento da queima, pois, corresponde a uma gama de elementos naturais e artificiais de que os produtores se utilizavam.

²³ Sítios arqueológicos são determinados espaços que apresentam vestígios da cultura material de tempos pretéritos, que foram silenciados no solo ao longo do tempo. Os vestígios quando relacionados com o contexto do sítio, pode trazer informações importantíssimas acerca do “intenso” processo (dos indivíduos ou grupos) de ocupação e apropriação daquele dado espaço. Para saber mais ver: FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. 2. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. E Também para estudos aprofundados o livro: MARTINEZ, Victor M. Fernandez. Teoría y Método de la Arqueología. Editorial Sintesis: España, 1990.

A estrutura arquitetônica do forno também é relevante neste sentido, já que o tamanho do forno vai determinar a quantidade da produção e, muitas vezes, sua qualidade. Na Ilha de Itamaracá, dos 14 fornos encontrados durante o trabalho de prospecção arqueológica, desenvolvido para elaboração da dissertação, pudemos identificar, a partir dos dados arqueológicos, a estrutura de seis fornos que nos informam sobre o status da produção, sobre o local de retirada de matéria-prima, sobre as rotas de escoamento do produto final e sobre a utilização deste produto.

Os fornos da cal localizados na Ilha apresentam estrutura troncônica, com uma única câmara, nos quais o combustível, a madeira, e a pedra calcária eram colocados juntos, diretamente no solo. Os fornos possuem duas aberturas: uma em forma de arco usada para alimentar a câmara e outra circular no topo do forno que funciona como câmara de ventilação. A altura do forno deve permitir a entrada e saída de um homem. Diferente de alguns fornos de Ilhas atlânticas como Açores, os fornos de Itamaracá só tinham uma boca de carga e descarga.

Outro fator importante em relação a esta produção e a estrutura do forno diz respeito à pureza e qualidade da cal. De acordo com o estudo realizado por Armando Redentor sobre a produção de cal na região de Bragança, a divisão em compartimentos do forno era um fator definitivo para a obtenção de cal de qualidade devido ao fato de não haver mistura entre a matéria-prima e o combustível. Ainda de acordo com o autor, a configuração dos fornos desta região contava com pelo menos três câmaras de separação e geralmente com duas bocas e uma câmara de ventilação.

Essas estruturas são facilmente observáveis a partir dos fornos localizados em torno da base do morro em que se assenta a Vila Velha, antiga Vila de Nossa Senhora da Conceição. Na imagem 06, podemos observar a extensão do morro e a localização aproximada dos fornos. O rio de cujos fornos se utilizavam para escoamento da produção é o Canal de Santa Cruz, mais importante rota comercial da Ilha, posto que liga a Ilha ao continente na altura do atual município de Igarassu.

Se tomarmos por base a capacidade de produção dos fornos de Vila Velha (três no total), o acesso à matéria-prima - pedra calcária -, a proximidade em relação às salinas e ao porto oficial da Capitania e o status político da Vila no período estudado, então sede da Capitania de Itamaracá, podemos configurar o cenário de uma promissora indústria caieira de regular produção. Tomando por base ainda estes dados, podemos afirmar que a dita indústria funcionava em propriedade particular e que o seu uso era, sobretudo, para comercialização com o continente ou as capitanias vizinhas. Seriam os fornos de Vila Velha então, os de maior interesse histórico-econômico e por serem os que têm maior número de dados a nos legar. Com bases nesses fornos é que as análises do trabalho serão feitas.

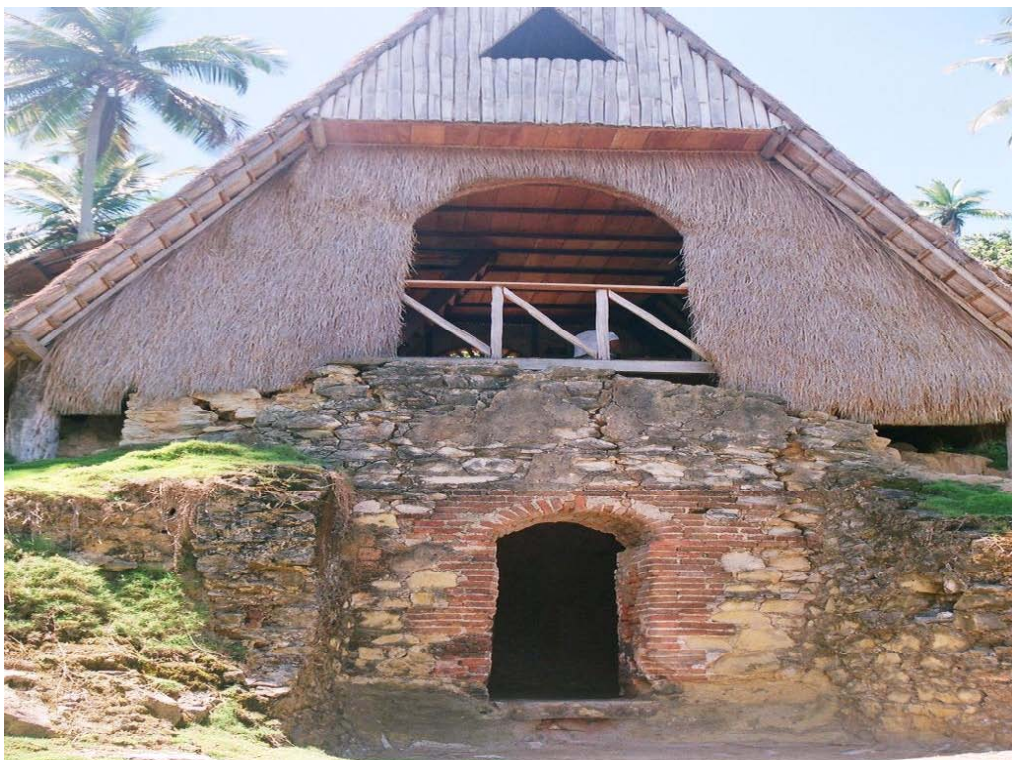


Figura 7 Forno de cal, Vila velha 1; Fonte Rodrigo Oliveira.



Figura 8 Vista de Vila velha; Fonte: Rodrigo Oliveira.

Entretanto, ao analisar e comparar as estruturas de todos os fornos da Ilha, encontramos diferenças que determinam além do quantitativo da produção, os usos feitos deste produto, o que é de fundamental importância para caracterizar a dinâmica comercial da Ilha no que diz respeito à cal. Sendo assim, produzimos uma tabela em que são listados, a localização geográfica dos fornos, o estado de conservação e o status da produção obtido através de cada forno.

Tabela 02: Caracterização dos Fornos da Ilha de Itamaracá

| Forno | Localização Geográfica | Estado do Forno | Status da Produção | Georeferenciamento |
|---------------|---|-------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Vila Velha 01 | Encosta do Morro da Vila Velha – Casa de Sr. Edenildo | Preservado | Particular / Comércio | 25M= 0294946 UTM= 9136241 |
| Vila Velha 02 | Encosta do Morro da Vila Velha | Parcialmente Preservado | Particular / Comércio | 25M=0294944 UTM= 0294945 |
| Vila Velha 03 | Encosta do Morro da Vila Velha | Em ruínas | Indefinido | 25M 0294413 UTM 9136361 |
| Parípe 01 | Margem do Rio Parípe | Parcialmente preservado | Particular / Comércio | 25M 0295428 UTM 9136138 |
| Parípe 02 | Margem do Rio Parípe | Vestígios | Indefinido | 25M 0295370 UTM 9136181 |
| Parípe 03 | Margem do Rio Parípe | Soterrado | Indefinido | 25 M 0294790 UTM 9136757 |
| Pe. Tenório 1 | PE – 037 | Soterrado | Indefinido | 25M 0295831 UTM 9136024 |
| Pe. Tenório 2 | PE - 037 | Vestígios | Indefinido | 25M 0295847 UTM 9136018 |
| Pe. Tenório 3 | PE - 037 | Vestígios | Indefinido | 25M 0295852 UTM 9136032 |

| | | | | |
|------------------|------------------------|-----------|----------------|----------------------------|
| Forno Salinas 01 | Estuário de Santa Cruz | Vestígios | Indefinido | 25M 0294790 UTM 9136757 |
| Forno Salinas 02 | Estuário de Santa Cruz | Soterrado | Indefinido | 25M 0293690 UTM 9136552 |
| Forno Salinas 03 | Estuário de Santa Cruz | Vestígio | Indefinido | 25M 0293519 UTM 9136602 |
| Forno Jaguaribe | Praia de Jaguaribe | Vestígios | Indefinido | 25M 0295749 UTM 9143791 |
| Forno Pontal | Barra de Catuama | Ruínas | Única produção | 25M 0297304 UTM 9148867 |

A partir destes dados, podemos definir que os fornos que se encontram às margens do canal de Santa Cruz são, em sua maioria, de propriedade privada e com fins comerciais, já os da altura da histórica ruína da casa/capela do Pe. Tenório teria uso particular, mas diferente dos demais não podemos precisar se o comércio era interno ou externo. Utilizando estes mesmos dados, se tomarmos por base os fornos da fazenda beneditina localizada na sesmaria de Jaguaribe (atual município de Abreu e Lima) e o seu forno, podemos compreender que existia uma larga produção.

Entretanto, conforme a documentação que temos para sustentar esta afirmação, já que os fornos da cal, que nomeamos como Pe. Tenório 1, 2 e 3 apresentam estado de conservação em vestígios ou soterrados, reduzindo o quantitativo de dados obtidos a partir deles. Já os fornos localizados próximos ao forte Orange e ao Fortim da Catuama seriam de simples configuração e estrutura e utilizados para uso exclusivo da construção, neste caso, dos fortes.



Figura 9 Ruínas do Fortim da Catuama; Fonte: Rodrigo Oliveira

Como dito anteriormente, o processo de queima da cal no forno durava de 36 a 72 horas, variando de acordo com o tamanho do forno e, conseqüentemente, com a quantidade de matéria-prima. Após a queima, a cal seria armazenada em recipientes cujos nomes variavam de localidade, e cuja medida acompanhava esta variação. Diante de nossos estudos, ficou muito difícil precisar em medidas atuais a quanto equivale, por exemplo, uma *pipa* de cal como encontramos descrita em alguns mapas de carga. Ou quanto comportava uma *fanega* de cal como chamado nas canárias, tendo ainda a variação para Portugal da medida conhecida como *Cahíce*.

Para Itamaracá, a medida mais utilizada parece ser mesmo a *pipa*, como mostra o estudo portuário feito pelo historiador Josué Lopes²⁴ que analisa o transporte marítimo

²⁴ LOPES, Josué. *Organização Portuária da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII: Articulações inter-regionais e internacionais* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em história social da cultura. UFRPE – Recife. 2013.

entre as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá. Em seu trabalho, vemos o termo *pipa* em descrições de cargas que saíam e entravam na Ilha de Itamaracá, suscitando, inclusive, outras questões quanto à origem da produção ser exclusivamente da Ilha. Mas variações também já foram observadas.

No que diz respeito ao transporte da produção, podemos afirmar que era essencialmente marítimo e fluvial, posto que para a comercialização do produto, este teria que deixar os limites da Ilha, ainda que não os da Capitania, lembrando que esta também contava com uma porção continental. Ainda de acordo com o historiador Josué Lopes, o fluxo de embarcações nos 22 portos da Ilha era grande neste período, o que denota intensa atividade comercial, seja de importação ou de exportação.



Figura 11: Iconografia indicando os 22 portos da costa norte do Brasil; Fonte: Nestor Goulart Reis

Neste contexto, avaliamos que o entendimento do fluxo e estabelecimento de rotas entre a Ilha e o continente sejam de fundamental importância para compreendermos a dinâmica comercial da cal. Considerando a existência de uma malha fluvial diversificada e que conta com 11 rios entre a Ilha e a parte continental da Capitania, dentre estes rios, encontra-se o rio Parípe nas margens do qual temos a presença material de três fornos da cal.



Figura 11 Rio Parípe, em baixa maré; Fonte: Rodrigo Oliveira.

Os rios via de regra fizeram parte das rotas preferidas pelos comerciantes para adentrarem cada vez mais na parte continental da colônia brasileira em busca de produtos com preços cada vez mais atrativos, este fator é extremamente relevante para o nosso trabalho, pois, como já foi indicado anteriormente, a dificuldade em acessar documentação oficial referente ao comércio da cal está relacionada ao fato de não haver um imposto específico para a taxação do produto, ainda assim, é lógico assumir

que as embarcações que carregavam a cal podiam transportar uma outra variada gama de produtos entre a Ilha e o continente. Os rios são, então, a rota mais eficiente para este comércio, visto que, em seus meandros muitos eram os portos ou locais de atracagem clandestinos, ou não sujeitos à fiscalização regular.

Sendo assim, as atividades propostas por Julio César Rubin de Rubim, em seu livro denominado "*Geoarqueologia Fluvial*", se fizeram de suma importância para entendermos os tipos de rios que se fazem presente na Ilha, pois a partir da formação destes, temos buscado uma maior compreensão da dinâmica de navegação que os rios proporcionaram.

Pudemos compreender que os rios que fazem conexão com a Ilha de Itamaracá, fazem parte dos padrões Meandrante (quando um curso do rio perde energia e com isso passa a buscar caminhos menores, logo "braços" d'água ficam aparentemente sem conexão; mas, muitas vezes, os rios quando ganham maior volume retomam seu canal pretérito), e Anastomosado (quando os rios se encontram em diversos momentos).

Porém, independente dos parâmetros morfológicos apresentados pelos rios, as curvas deles é que apresentam a maior quantidade de energias, ou seja, velocidade para o fluxo de água. Os rios de Itamaracá, principalmente o canal de Santa Cruz, conforme mostra a figura 12 abaixo, além dos fatores já mencionados, possuem mais um bastante singular que é o contato direto com o mar. Além disso, esse "rio" é perene e com isso mantém não só a profundidade no meio, Galeões e outros tipos de embarcações para Europa, mas a abrupticidade nas margens pelo menos em grande parte de seu curso.



Figura 12 Canal de Santa Cruz; Fonte: Rodrigo Olivera

O Canal de Santa Cruz se caracteriza ainda por ser um estuário²⁵ e como tal apresenta um elevado nível de salinidade, o que também contribui para a instalação de fornos em suas margens, mas o fator preponderante para a instalação dos fornos próximo aos rios parece mesmo deve-se ao fator transporte, além da proximidade efetiva com a área mais habitada da Ilha. O Canal de Santa Cruz faz ligação direta com o continente, sobretudo com a vila de Igarassu, então, parte da Capitania de Itamaracá. O estuário de Santa Cruz ainda está diretamente ligado ao Forte Orange.

²⁵ Estuários, de acordo com Guerra (Guerra, 2003) são porções finais dos rios, que geograficamente, podem ser definidos como uma região costeira parcialmente fechada, onde a água doce do rio, se encontra com a água salgada do mar. Estendem-se desde o montante até a desembocadura do rio.

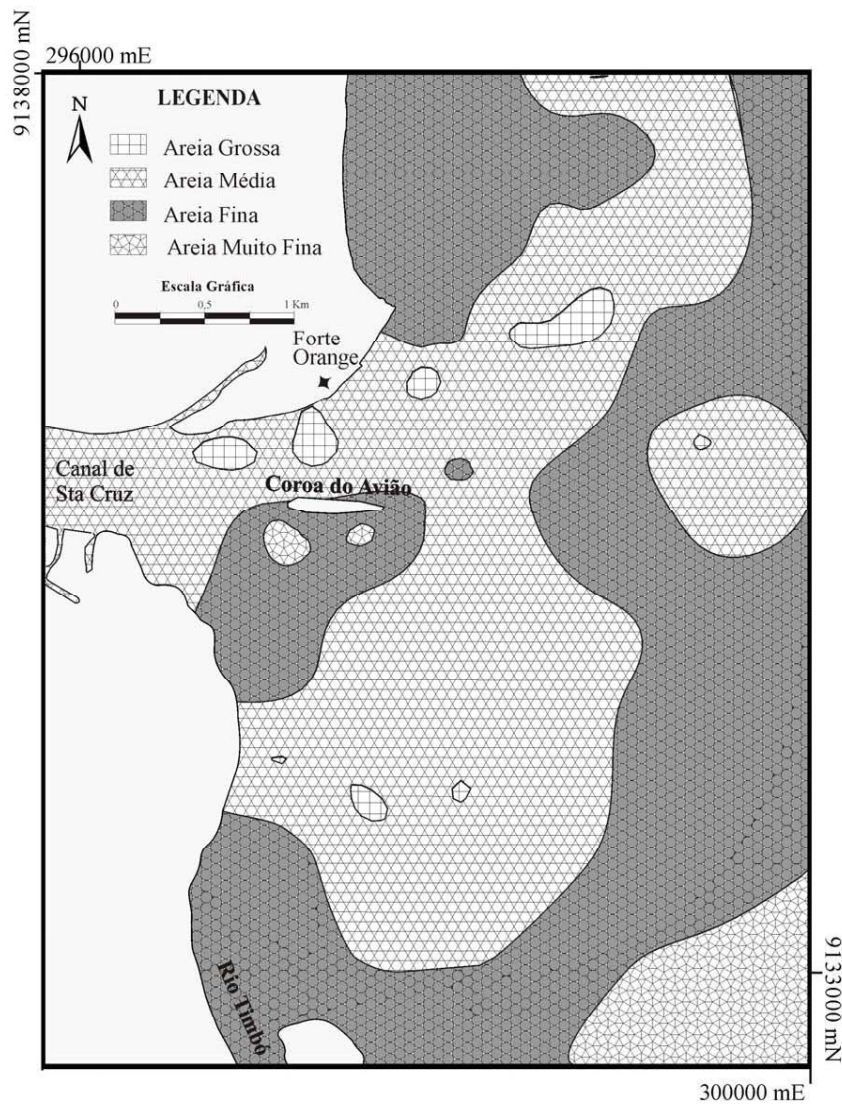


Figura 13 Demonstração do padrão granulométrico da Plataforma Continental Pernambucana. Fonte: Silva, 2014

O complexo estuarino do Canal de Santa Cruz faz ligação com as atuais regiões de Igarassu, Itapissuma e Goiana, além da própria Ilha, contornando-a e separando-a do continente. O estuário ocupa cerca de 877 km² (CPRH, 1982), 22 km de extensão e profundidade variando entre 4 a 5 metros atualmente, pois o estuário vem sofrendo ao longo de séculos o processo de assoreamento.

Outros rios e riachos desembocam no Canal de Santa Cruz, como o Itapessoca, Carrapicho, Itapirema, Arataca, Riacho Jardim, Palmeira, Botafogo, Cumbe, Catuá, Itapicuru, Tabatinga, Conga, Bonança, Utinga e Igarassu. O encontro com a água do

mar se dá ao norte pela Barra de Catuama e ao Sul pela Barra Sul, na altura da Coroa do Avião.

Além deste outros rios, são importantes para o contexto da cal na Ilha, posto que fazem parte da configuração produtiva dos fornos, como o rio Parípe na porção sul e ao norte o rio Jaguaribe, que também apresenta características estuarinas e que faz ligação com a barra de Catuama, onde temos o forno que possivelmente serviu à construção do fortim da Catuama e posteriormente foi abandonado, já que no período não temos notícia de outra construção relevante na localidade.

O estuário do rio Jaguaribe possui 212 ha de área e corta 9 Km da Ilha, também faz ligação com a barra de Catuama que por sua vez dava acesso à Vila de Goiana, outra porção continental da Capitania de Itamaracá. As Vilas de Goiana e de Igarassu são muito importantes para a análise socioeconômica que vislumbramos, posto que as ditas vilas disputam poder político e econômico com Itamaracá, e que a sua emancipação foi fundamental para o declínio da capitania de Itamaracá e também para o status da Ilha no cenário político do norte do Brasil. Deter-nos-emos largamente sobre esta questão no terceiro capítulo, no qual discutiremos o impacto socioeconômico da cal para a Capitania.

A configuração das áreas estuarinas e das rotas fluviais se apresenta como ponto de confluência da nossa análise. Durante o segundo capítulo deste texto e deve servir como fator de coesão para o entendimento de que os rios e seus meandros são parte do esquema produtivo da cal, tanto como fonte de matéria-prima e de caracterização ambiental dos Fornos, como principal organismo de escoamento da produção e local de efetuação das transações comerciais.

Assim como o objetivo deste texto se concretiza na análise da produção da cal, o entendimento de sua dinâmica produtiva passa pela análise de diversas características, desde as ambientais e geográficas como foi discutido até então, até as de cunho social e econômico como as que desenvolveremos nos próximos capítulos. Relacionados os aspectos construtivos dos fornos da cal, podemos compreender a operacionalização da produção.

A partir da configuração do Forno da cal, dos locais de obtenção de matéria-prima, das características desta matéria-prima, do combustível utilizado na produção,

do ambiente em que é efetuada a extração e a própria produção, podemos construir um cenário que é tanto arqueológico quanto apresenta valor histórico, ao legar informações pertinentes no que diz respeito à economia da Ilha, como já foi largamente explicitado neste texto, mas também gostaríamos de ressaltar que outros estudos podem se valer da análise da produção caieira para entender, a dinâmica populacional da Ilha, posto que os locais de produção da argamassa estão associados a centros habitacionais. Pode-se também obter informações referentes ao aparato bélico montado na Ilha, tendo em vista a utilização da cal para a construção dos Forte Orange e do Fortim da Catuama.

Outro subsídio de pesquisa legado por este objeto diz respeito à estrutura naval encontrada na Ilha. Pouco se discutiu até então sobre a condição portuária de Itamaracá que por muito tempo serviu de porta de entrada para a Capitania de Pernambuco e em cujos portos ou locais de atracagem se efetuava uma das mais importantes atividades da navegação comercial, a calafetagem das embarcações.

A produção da cal de acordo com os dados arqueológicos, geográficos e históricos apresentados neste texto dá conta de significar estes espaços de navegação, a partir do momento em que apresentam rotas de transporte desta mercadoria que diferente de outras de maior valor comercial, podia circular por rotas não oficiais.

Com estas informações, podemos conduzir as rotas fluviais com vias a reconhecer estes caminhos e encontrar sentido para o que Manuel Correia de Andrade, dentre outros historiadores, compreende como o período de apogeu econômico da Ilha e traçar, sobretudo, um entendimento dos motivos para o seu declínio, para além do que já foi configurado como a perda ou transferência do controle política da Vila de Nossa Senhora da Conceição para a Vila de Goiana na porção continental da Capitania.

Acreditamos e tentamos confirmar durante este texto que existe uma relação direta entre o período de maior produção caieira na Ilha e o seu apogeu econômico, o que condiz também com a derrocada e o gradual abandono desta atividade na Ilha. Para uma primeira reflexão, pode-se evidenciar que após a expulsão holandesa quando se iniciou o período de reestruturação portuguesa dos domínios no norte do Brasil, a Ilha que havia encarado a dominação de forma intensa, posto que sua Vila foi

transformada em uma das bases para o governo holandês e esta vai passar por muitos problemas de controle político a partir deste momento.

Esta análise será melhor efetuada quando no terceiro capítulo ao tratarmos da condição da Ilha de Itamaracá em relação ao seu status de Capitania e também de sua relação com as demais capitanias do Norte do Brasil, considerando, em especial, os acordos comerciais estabelecidos nesta intrincada estrutura política.

É importante considerar ainda neste momento que a Ilha de Itamaracá era parte da estrutura da Capitania, portanto, os domínios coloniais legados a Pero Lopes de Souza se estendiam ao continente. A relação entre a Ilha e a porção continental da Capitania é outra relevante condição a ser analisada no que diz respeito à produção e comercialização da cal.

Neste momento, fica evidenciado que o ambiente natural da Ilha foi o mais favorável para a produção da cal, bem como para a edificação dos seus fornos. A abundante matéria-prima decorrente da condição geomorfológica de tratarmos de uma Ilha de seu ambiente praial ser largo e desabitado, foi fundamental para o estabelecimento dos locais de produção. A presença das salinas é outro fator de coesão para o sucesso da produção caieira, assim como também a riqueza de material para combustão dos fornos.

2 A ILHA COMO PERIFERIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: ARTICULAÇÃO ECONÔMICA E PODER LOCAL.

Neste ponto do trabalho nos interessa discutir o lugar ocupado pela Ilha de Itamaracá dentro do cenário colonial português. Esta análise faz-se necessário quando observamos que muitas são as variáveis econômicas e sociais relacionadas à condição da Ilha, inicialmente enquanto feitoria, passando a Capitania Hereditária, depois estando na condição de Capitania anexa a Pernambuco, e finalmente sendo desmembrada e perdendo grande parte de seu território para as proeminentes vilas de Igarassu e Goiana e até para a então Capitania da Paraíba.

A produção e comércio da cal seguem neste momento como elementos de entendimento econômico, podendo definir muito da condição da Ilha no período estudado, sobretudo quando elaboramos uma lógica historiográfica que considera o panorama geral do Império Marítimo Português, ao qual a Ilha de Itamaracá está não só subordinada, mas que pode servir de exemplo para os caminhos lançados pelas novas perspectivas historiográficas que considera as redes de poder social e econômico, partindo, muitas vezes, das periferias para os centros, embora se articulando internamente em um jogo totalmente diferenciado do estabelecido na metrópole, seguindo as suas próprias estratégias.

Neste sentido, visualizar as discussões historiográficas estabelecidas sobre o período no que diz respeito à relação metrópole-colônia e mesmo ao quadro do domínio continental português faz parte da dinâmica que buscamos para este texto de que a Cal com um produto, até então, tido como irrelevante pode configurar inúmeras possibilidades sociais e econômicas e caracterizá-las como substanciais para o novo entendimento que está sendo construído sobre a história da Ilha de Itamaracá.

2.1 A Ilha de Itamaracá para o Império Marítimo Português

A colonização Portuguesa como empreendida para o Brasil em seu início, sobretudo a parte litorânea, se efetivou a partir da necessidade de encontrar produtos comercializáveis que, inicialmente foram frutas tropicais e uma variedade de madeiras, dentre elas o pau-brasil. Pode se relacionar, sobretudo, em nosso texto a força desta primeira atribuição para a nova terra, a de um local que servia como fonte de reabastecimento de embarcações vindas da África, mas já demonstrando a tendência dominante como vai se configurar nos próximos anos e que se evidencia na fala de Caio Prado Jr²⁶, tratando-se neste sentido o Brasil, de uma terra para exportação.

²⁶ *Sentido da Colonização* é um texto referência para o estudo da história colonial brasileira em que o autor explicita as condições de utilização por Portugal da colônia brasileira, deixando como principal ideia a de que a maior utilidade do Brasil foi de servir de

Servindo desde os primeiros tempos como economia de mercado externo, o povoamento foi sendo efetivado. As feitorias se transformaram em Capitânicas, e nestas as vivências foram se multiplicando, assim como as vilas e cidades que comportaram toda a complexidade das instituições da metrópole portuguesa e outras que se serviram à nova terra de forma diferenciada, adaptando-se aos colonos, aos “da terra”, e aos escravos. Sendo assim, todos contribuindo para o cenário diverso do encontrado na metrópole.

Ao longo dos séculos XX e XXI, não tem sido tarefa fácil entender o processo de colonização do Brasil. Muitas interpretações foram surgindo para explicar esse momento histórico, principalmente as de historiadores do período que sentem uma necessidade premente de explicar o presente dos fatos a partir de sua origem a qual muitas vezes esteve associada a um passado longínquo. Dessa mesma forma, deram-se as relações em que o Brasil esteve sob a tutela do Império Português no período colonial.

Diante da necessidade de entender este processo frente ao nosso objeto, começamos encarando este conjunto de fatos sob a perspectiva de uma empreitada imperial. O lugar ocupado por Portugal nos anos anteriores à colonização e durante os séculos que se seguiram a ocupação do Brasil na Europa e no mundo é claramente o de uma potência imperialista.

De acordo com Charles Boxer²⁷ (BOXER, 2002, p. 65), o Império conduzido por Portugal já tinha se alargado pelo continente Europeu e Asiático quando surgiu a oportunidade de explorar as terras da recém-descoberta América em sua parte sul. Portugal já travava negócios aos modos do que viriam a ser suas estratégias coloniais nestas possessões nos dois continentes citados, ainda que de forma diferenciada da empreendida no Brasil.

Estas experiências estudadas pelo colonialista Boxer demonstram que o modelo imperial português foi sendo testado e, muitas vezes, empregado tendo em vista as necessidades mais imediatas de suas colônias. E no Brasil também seguiu a mesma lógica acima descrita. Este e outros motivos nos fazem refletir sobre o alcance do

exportadora de produtos para o abastecimento da metrópole. PRADO JUNIOR, Caio. A formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

²⁷ BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

sistema administrativo Português para localidades que, por tantas vezes, estavam já tuteladas por outros poderes reais, como é o caso de Itamaracá, que tinha mais influência direta da Capitania de Pernambuco do que da própria coroa portuguesa.

Cabe-nos agora entender que o império Português como configurado pela historiografia clássica está atrelado ao entendimento do funcionamento do antigo sistema colonial, o qual se configura a partir da lógica de passagem do feudalismo ao capitalismo. É claro que este entendimento é muito importante quando levamos em consideração o modelo econômico utilizado na colônia brasileira, mesmo porque é conhecendo-o que nos tornamos capazes de elaborar os parâmetros de distinção existentes entre o que ocorria em Portugal e o que poderia ser observado em Itamaracá.

Assim como posto por Fernando Novaes²⁸ (1979 apud Barcelos, 2010, p. 18), ainda que Portugal estivesse imbuído da empreitada das navegações, a sua tecnologia em relação à nova economia mercantilista ainda carecia de funcionalidade. Isso significa dizer que a experiência nas terras brasileiras seria fundamental para a efetivação do projeto colonizador português.

A política mercantilista ia sendo praticada pelos vários Estados modernos em desenfreada competição, necessário se fazia a reserva de certas áreas onde se pudessem por definição aplicar as normas mercantilistas; as colônias garantiriam a autossuficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista, permitindo assim ao Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes. (NOVAES, 1979, p. 61).

Isso nos leva a entender que o projeto colonizador desde sua gênese foi voltado para a consolidação de um mercado externo de sustentação para a economia mercantilista. E, sendo assim, ele foi extremamente bem sucedido. Entretanto, alguns questionamentos surgem de historiadores contemporâneos nosso sobre a funcionalidade deste modelo, “tipo exportação” adotado por Portugal. Estas

²⁸ NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979.

inquietações estudadas por nomes como Antônio Manuel Hespanha²⁹ (HESPANHA, 2007, p. 15), refletem a supremacia deste controle português sobre os espaços da colônia, e nos fazem pensar até que ponto a centralização político-econômica era sentida da mesma forma nas diversas realidades da colônia brasileira.

Mesmo frente à implantação de um forte aparato administrativo, a construção da colônia brasileira deve ser encarada exatamente como uma construção, e como tal encontrou muitas soluções para problemas distintos em um território tão vasto, ainda que, neste trabalho, tratemos, sobretudo, do litoral e das pequenas povoações e vilas, como é o caso de Itamaracá.

Não nos cabe responder perguntas que fazem parte de uma discussão tão profícua como é caso da centralização política portuguesa. Não temos condições documentais, até porque não figura como nosso interesse neste texto, mas talvez possamos chegar a oferecer questões que venham a corroborar a posição de Hespanha (HESPANHA, 2010, apud Barcelos, 2010, p. 24) no que diz respeito à multiplicidade das ações da coroa portuguesa no espaço colonial brasileiro. A partir desta afirmação, na medida em que ela é a causa, não podemos fugir da necessidade de estudar a razão comercial de um produto aparentemente insignificante dentro do complexo da economia portuguesa.

Ora, se procuramos entender o funcionamento do sistema colonial português nada mais coerente do que buscar respostas na manutenção do seu sistema administrativo, em sua aplicação e na forma como a metrópole fez dele sustentáculo de suas ações na colônia. Assim, o sistema complexo que de acordo com a configuração descrita por Novaes³⁰ (NOVAIS, 1979, p.45) transplantou muitas instituições de poder da metrópole, mas no que diz respeito ao funcionamento eram sutilmente diferenciadas. Em Boxer³¹ (BOXER, 2011, p. 67), percebemos que, ao comparar as diversas experiências coloniais portuguesas, elas vão diferir, sobretudo, quanto à atuação dos colonos. E este fator é muito relevante quando pensamos que, por mais

²⁹ HESPANHA, Antônio Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. Na Trama das Redes. Política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

³⁰ Ibid., p.45

³¹ Ibid. p. 65

controle que a coroa pudesse exercer, o centro de poder estava do outro lado do oceano.

Então, em seu *O Império Marítimo Português 1415-1825*³², Charles Boxer nos faz entender que a face da colônia pode muito bem ser definida pela de seus colonos. No caso do Brasil, os colonos que inicialmente buscaram apenas produtos comercializáveis na Europa nos primeiros tempos, com a instalação do sistema de Capitânicas Hereditárias, passaram a se fixar na terra e encontrar novos interesses.

De acordo com Faoro³³ (2000. apud Barcelos, 2010, p. 21) o processo de instalação da colônia brasileira passa pela instauração do modelo de sistema colonial em que o Estado teria total controle das ações dos colonos, ainda que lhes fosse dada certa autonomia. Entretanto, a distância e a instauração de uma burocracia administrativa imposta por este sistema se tornaram pontos os quais passariam a divergir de autores colonialistas, dentre eles Prado Júnior³⁴.

Contudo, Raymundo Faoro³⁵ acredita que o sucesso da empreitada colonial deve-se efetivamente ao modo como a Coroa pode organizar este sistema centralizador e burocrático, mesmo que algumas ações e comportamentos pudessem fugir do seu controle. Então o que seria entendido como falha ao modelo administrativo, para Faoro³⁶ (2000, p. 105) era mais uma estratégia de manutenção inerente ao próprio sistema.

Neste sentido, parece-nos que a Coroa tentou manter ao menos a aparência de um império centralizado ao mesmo tempo em que negociava com as diversas ações políticas que escapavam de sua rede de controle político-econômico. Estas negociações se davam efetivamente no interior da colônia e eram da ordem das atribuições cotidianas de cargos e do domínio do poder administrativo.

Percebemos na leitura dos documentos das Capitânicas de Itamaracá e Pernambuco, sobretudo as providências fazendárias, que a administração destas

³² Ibid. p. 91

³³ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, Publifolha, v.1; 2000.

³⁴ Ibid. p. 27

³⁵ Ibid. p. 78

³⁶ Ibid. p. 105

possessões era um encargo que muitas vezes cabia muito mais a Pernambuco. Este fato devia-se, sobretudo, ao seu status econômico e ao fato de o donatário da Capitania de Itamaracá não se fazer presente.

As mudanças de jurisdições e o poder das elites em conflito nestes territórios compreendidos entre as duas Capitanias é o assunto da Dissertação de Luciana de Carvalho Barbalho³⁷, intitulada Capitania de Itamaracá Poder Local e Conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742), (BARBALHO, 2009). Neste trabalho, a historiadora evidencia as disputas de poder local e deixa claro que estes poderes, muitas vezes, escapavam do controle da Coroa e que, por este motivo, devem ser pensados como articulações possíveis para a ordem mesmo do sistema colonial.

O referido texto é muito importante para a nossa discussão por ser um dos poucos estudos recentes sobre Itamaracá no período. Entretanto, temos em vista que a autora se preocupa, sobretudo, com os aspectos políticos da problemática, enquanto que a nossa preocupação recai sobre a dinâmica econômica, ainda que, por isso, entendemos ser fundamental compreender o complexo de articulações existentes entre estes dois setores.

Por este motivo, buscamos refletir sobre a organização do sistema administrativo português que possibilitava que o espaço de uma “Ilha atlântica” alcançasse tantas disputas político-econômicas como as ensejadas durante este intervalo do século XVII para o XVIII. Neste cenário, o poder econômico se transformava em moeda de troca para o poder político e deste para o controle social. Neste sentido são muitos os degraus a serem calcados para a obtenção de papel destacado frente à metrópole, mais o inicial era o poder aquisitivo.

Tendo isto em vista, refletiremos sobre a forma como os cargos eram distribuídos e que fatores eram levados em consideração na sua atribuição - ainda que seja um tema já posto -, acreditamos ser relevante diante das próximas discussões levantadas neste texto. Buscamos, então, o entendimento trazido a efeito por Souza³⁸, para o qual, “O sangue também era fator de grande peso na escolha desses representantes

³⁷ BARBALHO, Luciana de Carvalho. Capitania de Itamaracá Poder Local e Conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742). 138f. Dissertação (Mestrado História) Universidade Federal da Paraíba: Paraíba, 2009.

³⁸ SOUZA, Laura de Mello. O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

[...]. O pertencimento a uma família nobre fazia toda a diferença para a nomeação em altos postos da administração portuguesa. Um vice-rei, capitão-geral ou governador-geral deveria ter capacidade diplomática para negociar, com diferentes grupos locais, uma flexibilidade que lhe permitisse a adaptação às circunstâncias e a possibilidade de muitas vezes interpretar as ordens e decretos provenientes da metrópole de acordo com as conjunturas e peculiaridades regionais, mais sem deixar de lado a lealdade à coroa.” (SOUZA in Barcelos, 2010, p.35)

Pensemos, neste sentido, que a elite de Itamaracá, a Ilha e a porção continental composta por militares e, sobretudo, senhores de engenho são importantes elementos para a compreensão da rede de pequenas economias que defendemos ser possibilitada neste território. Sendo assim nos interessa entender as suas motivações e formas de atuação a partir das quais traçamos um panorama sócio econômico que torna o quadro destas relações melhor inteligível.

Ao compreendermos a natureza da administração colonial portuguesa como posta para Itamaracá e o comportamento das elites que regem este poder na colônia, podemos analisar em que medida as pequenas produções interferiram e se tornaram possibilitadas por este aparato imperial, ou até mesmo questionar a sua aparente invisibilidade frente aos documentos oficiais.

Neste sentido, entendemos que, para além de objetivos econômicos, passou-se a almejar também status político, o que pode ser observado no estudo realizado por George Cabral (CABRAL, 2007, p.218) acerca do aparato das Câmaras Municipais³⁹, que constituíam verdadeiros centros de poder internos e muitas vezes independentes da Coroa.

As pesquisas realizadas pelo historiador acima citado são esforços legítimos para levar em consideração tanto a descentralização do poder da Coroa, como os diversos objetivos por traz das ações dos colonos. Sejam esses grandes comerciantes, proprietários de terras, ou até mesmo os que ensejassem as duas qualidades – os luso-brasileiros - poderiam alcançar na colônia poderes políticos que seriam impossíveis de serem adquiridos ou pensados em Portugal, por diversos fatores

³⁹ SOUZA, George Félix Cabral de. Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: La Cámara Municipal de Recife (1710-1822) Tese (Doutorado em História) Universidad d Salamanca, Salamanca, 2007.

ligados, na maioria das vezes, a questões de origem familiar e a posição econômica que ocupavam na metrópole. Por isso seria bastante difícil se destacarem perante os nobres portugueses.

Porém, os títulos de nobreza ausentes para estes primeiros colonos chegados ao Brasil acabou colocando a maioria em “uma só condição”, ou seja, todos seriam pares, independente da quantidade de terras adquirida. Também eles poderiam projetar situações sociais diferenciadas e sonhar mesmo com títulos de nobreza. Quando pensamos no tipo de sociedade da qual advieram esses colonos - uma Europa altamente hierarquizada - entendemos a importância deste tipo de diferenciação social, a qual, na maioria das vezes, nem mesmo o dinheiro poderia comprar.

Caio Prado Junior⁴⁰ (PRADO JUNIOR, 2000, p. 89), no seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, também reflete sobre o sistema administrativo, no qual fora posto por Portugal para o Brasil, e concordando ainda com Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1977), assume a postura de que, o que houve foi uma transposição da realidade administrativa portuguesa.

Ainda que já tenhamos questionado este fator e que o consideremos incompleto, achamos prudente entender a análise do historiador Prado Junior quando diz, por exemplo, que trata-se da legislação administrativa portuguesa de “um amontoado de inteiramente desconexo, de determinações particulares e casuísticas, de regras que se acrescentam umas às outras sem obedecerem a plano algum de conjunto.”⁴¹ (PRADO JUNIOR, 2000. p. 309).

Para a coerência do nosso objeto de estudo, é necessário ir de encontro com as possibilidades levantadas por Prado Júnior⁴² na medida em que o historiador em foco limita as ações dos colonos frente às Instituições Coloniais e deixa-os a mercê de um conjunto jurídico administrativo pronto, acabado e com espaço apenas para algumas alterações sem efeito no quadro geral.

⁴⁰ Ibid. p. 89.

⁴¹ Ibid. p. 309.

⁴² Ibid. p. 301.

Felizmente, estudos mais recentes como o já citado de George Cabral⁴³ (CABRAL, 2007, p. 222) sugerem um outro tipo de abertura do colono neste universo de poderes econômicos e políticos ensejados pela condição colonial portuguesa. Para este, muitas vezes a legislação colonial pautada em códigos rígidos, sobretudo as Ordenações Filipinas eram burladas no cotidiano das câmaras municipais diante de uma infinidade de fatores dentre, os quais figurava a própria burocracia portuguesa, que, neste caso, favorecia os colonos de maneiras surpreendentes.

En el proceso de transferencia de la institución, le acompañó la legislación referente a sus cargos e funciones...A pesar de eso, em muchos casos, se percibe la sobreposición de competencias o la existencia de puntos oscuros, lo que abría espacio para desacuerdos e conflictos. (Cabral, 2007, p. 35)

No que diz respeito ainda a essa autonomia local defendida por Cabral⁴⁴ e referendada por Hespanha⁴⁵ (HESPANHA, 2010, p. 99), entendemos que a distância da Coroa para resolver os problemas imediatos abria espaço para infinitas extrapolações acerca das necessidades prementes, sobretudo da justiça, ao que estava posto para a legislação então vigente na colônia. Também Russel-Wood⁴⁶ (RUSSEL-WOOD, 1998, p.36) vai refletir sobre as possibilidades de articulações nas periferias da administração colonial portuguesa, o que vemos explicitado nesta fala:

Se por um lado a estrutura de governo era altamente centralizada na metrópole – Com efeito esta foi a lógica da criação do Concelho Ultramarino -, de outro, equiparava-se a um modelo descentralizado: convergência de jurisdição e de autoridades acerca das múltiplas funções de governo em um único indivíduo ou em apenas uma agência do governo, ao mesmo tempo que múltiplas agências

⁴³ Ibid. p. 222.

⁴⁴ Ibid. p. 186.

⁴⁵ Ibid. p. 99.

⁴⁶ RUSSEL-WOOD, A.J.R. Centros e Periferias no mundo luso-brasileiro 1500-1808. Revista Brasileira de História, São Paulo, V.18, n.36, 1998.

de governo e vários indivíduos exerciam jurisdição e autoridade sobre uma única função de governo. (Russel-Wood, 1998).

Ainda que consideremos a fluidez da centralização econômica na colônia, havemos de considerar que o Estado português em seu caráter imperial esteve pautado na centralização e esta tinha como principal ponto de confluência as relações econômicas. Na colônia funcionavam os mecanismos agrícolas, e estes faziam girar a máquina atlântica do comercial, que era o sentido da mercantilização do império colonial português. E fazendo tudo isto funcionar, estavam as Instituições do poder lusitano, tais como as Câmaras Municipais e a Santa Casa de Misericórdia, bem como as estruturas hierarquizantes e burocráticas de sua administração e as estas ligadas.

As instituições Santa Casa de Misericórdia e Câmaras de acordo com Boxer⁴⁷ (BOXER, 1965) eram os pilares da administração portuguesa em todas as suas colônias, também eram poderes instituídos pela metrópole que revelavam em várias medidas a grandiosidade e o controle que o estado exercia sobre os seus domínios. A primeira instituição funcionava como a mão clemente e caridosa do império, era a imagem da imaculada da Igreja Católica e professava a fé do Rei, funcionando, ainda, como difusora de suas práticas culturais e religiosas. Era ainda um espaço de negociação da elite colonial que utilizava o status adquirido junto a este estabelecimento para alcançar mercês junto à Coroa.

Já a Câmara municipal era a instituição que estava mais próxima dos colonos e ao mesmo tempo da Coroa; era a instância a que se recorria para a resolução da maior parte dos problemas, fossem estes criminais, cíveis ou jurídicos. O já citado texto de George Cabral⁴⁸ define bem as atribuições da Câmara como observamos neste trecho:

De hecho, podemos caracterizar las cámaras como la más híbrida de las instituciones administrativas coloniales, puesto que en ellas tramitaban cuestiones puramente administrativas, referentes ao abastecimento, a las medidas sanitárias, estructuración y ordenamento del espacio em la sede y em

⁴⁷ BOXER, Charles. Portuguese Society in the Tropics – Madison: The University of Wisconsin Press/ Madison and Milwaukee, 1965.

⁴⁸ Ibid. p. 288.

el alfoz de la villa, custiones judiciales en primera instancia, recaudacion de impuestos, nombramiento de oficiales para las milicias, la realización de las procesiones y la organizacion de la recaudacion de limosnas y de donativos eclesiásticos. (CABRAL, 2007. p.228)

A eficiência das atividades destas instituições não era devida somente à metrópole, pois também ficava sob tutela dos colonos, os quais se beneficiavam com a maior parte do poder que lhes eram conferido frente à estrutura do sistema colonial do antigo regime. Ainda que comportasse a centralizadora figura do Rei, era no âmbito das pequenas negociações cotidianas que se efetuavam as principais estratégias de fuga ao controle da Coroa. E é desta feita de acontecimentos que se interessa nosso objeto, ao que parte de um produto menos relevantes no quadro geral do império português.

Quando pensamos sobre esta trama, entendemos porque se confirma o fato de que a maioria dos cargos coloniais tinha como jurisdição a ocupação das atividades produtivas e/ou judiciais que também estavam ligadas à produção ou ao comércio, afinal, eram estes os principais interesses da Coroa.

Para o nosso objeto, entender as grandes redes faz parte de uma articulação para entender as brechas possíveis neste sistema, ao mesmo tempo em que as fontes documentais e materiais vão nos fornecendo suporte para a análise do conjunto de argumentos que fazem possível a participação da Ilha de Itamaracá no complexo jogo econômico empreendido pela coroa portuguesa em seu império atlântico.

2.2 Pernambuco, Paraíba, Itamaracá: O poder local e o destino de uma Capitania frustrada.

Após a expulsão dos holandeses dos territórios do norte do Brasil, a coroa portuguesa tomou como importante decisão política a hierarquização das Capitânicas, definindo-as a partir de então como Capitânicas gerais e Capitânicas anexas.

De acordo com Manuel Correia de Andrade, o período de apogeu da economia de Itamaracá foi exatamente o período holandês, no qual Ilha contava com um fluxo comercial provindo, sobretudo, do açúcar. O período em que nos debruçamos, como dito anteriormente, é o período exatamente posterior à expulsão holandesa e corresponde a um momento de crise e de inúmeras mudanças na condição de Itamaracá no que diz respeito a limites territoriais e também a status político de sua capitania, marcado pela nova hierarquia.

Seguindo a lógica do capítulo que analisa as articulações políticas e o papel da Ilha para o domínio português define outro espaço de negociações que existia na periferia do poder da Coroa. Com isso, neste trabalho, pretendemos entender como se efetuava a relação entre Itamaracá e Pernambuco neste novo cenário de Capitania anexa.

Para chegar a isso, resolvemos voltar um pouco no tempo, mais precisamente para o início da colonização, em 1515, com a fundação da Feitoria de Cristóvão Jaques, o que nos leva para um caminho em que a história da Capitania de Itamaracá e Pernambuco começa a se entrelaçar, justamente no momento da composição das Capitanias Hereditárias.

[...] Pero Lopes, fidalgo da minha casa, e aos serviços que me tem feito [...] hei por bem e me apraz de lhe fazer mercê, como de feito por essa presente carta, faço mercê e irrevogável doação, entre vivos valedora deste dia para todo sempre, de juro e herdade, para ele e todos os seus filhos, netos, herdeiros e sucessores, que a apoz lhe vierem [...], segundo adiante irá declarado de 80 léguas de terra na dita costa do Brazil, repartidas nessa maneira: 40 léguas que começaram de 12 léguas ao sul da ilha da Cananéia, e acabarão na terra de Santa Anna, que está em altura de 28 grãos e um terço, e na dita altura se porá o padrão, e se lançará um linha que se corra a loeste: e 10 léguas que começaram do rio do Curpare, e acabarão no rio de São Vicente [...] e as 30 léguas que falecem, começaram no rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá, ao qual rio eu ora puz - Rio da Santa Cruz - e acabarão na bahia da Traição, que está em altura de 6 grãos, [...] e será sua a dita Ilha de Itamaracá,

e toda a mais parte do dito rio da Santa Cruz que vai ao norte [...] Manoel da Costa a fez em Évora a 21 dias do mez de janeiro de 1535.⁴⁹

A Capitania de Itamaracá e a Capitania de Pernambuco, vizinhas desde as suas formações, que foram doadas, respectivamente, a Pero Lopes de Souza e a Duarte Coelho, tiveram ambas as condições favoráveis no cenário colonial português, entretanto, ao que consta dos historiógrafos das duas capitanias, a diferença no sucesso de uma em decorrência da outra deve-se ao modelo de administração implantado.

Enquanto Duarte Coelho tão logo se instalou em Pernambuco com família e agregados, o vizinho de Itamaracá, Pero Lopes, só esteve de visita. Lembrando que além desta possessão, coube a Lopes as Capitanias de Santana, no extremo sul e a de Santo Amaro, ainda ao sul do litoral brasileiro. Mas não estava nos planos do jovem português se instalar nas novas terras; havia muito ainda por se explorar, sobretudo, na Índia.

Como Pero Lopes havia já andado por estas partes do Brasil, coube-lhe a escolha primeiro que a outros, e não tomou todas as suas 50 léguas juntas, senão 25 em Itamaracá... e outras 25 em São Vicente, que se demarcaram e confrontaram com as terras da capitania de seu irmão Martim Afonso de Souza. (...) (VICENTE, 2009. p. 74)

Se em 1526 Duarte Coelho já exportava açúcar produzido em Pernambuco; na Ilha, o então governador de Itamaracá, eleito por Pero Lopes de Souza, se ocupava da exploração do pau-brasil. As divergências políticas já tinham início a partir de então quando percebemos o controle exercido por Duarte Coelho dos negócios estabelecidos em Itamaracá. A Capitania de Duarte Coelho era conhecida pela rigidez no trato comercial e na aplicação da lei; enquanto que o oposto se dava em Itamaracá, visto que de acordo com queixas do próprio donatário de Pernambuco, na capitania vizinha, toda a sorte de salteadores, de traficantes e de indígenas fugidos era bem vinda,

⁴⁹ Carta de Doação de Dom João Rei de Portugal a Pero Lopes de Souza in Fernandes Gama. P. 105 a 111.

chegando a ameaças de morte e casos de violência cometidos a mando de Duarte Coelho contra o próprio governador de Itamaracá - Francisco de Braga.

Como o capitão Francisco Braga sabia falar a língua do gentio e era tão conhecido entre eles, não faziam senão o que ele queria e lhes mandava, e assim se ia esta capitania povoando com muita facilidade, mas chegou neste tempo Duarte Coelho a povoar a sua, e como fez a povoação nos marcos, foi muita vizinhança causa de terem algumas diferenças, por fim das quais lhe mandou Duarte Coelho dar uma cutilada pelo rosto, e o capitão, vendo que não podia vingar, se embarcou para as Índias de Castella, levando tudo o que pôde. (VICENTE, 2009. p.97)

Após várias querelas, Francisco de Braga abandonou a Capitania de Itamaracá até que fosse nomeado o novo governador Capitão João Gonçalves em 1540. O fato para além de incitar a uma rixa local, evidencia a sempre vigilante influência da Capitania de Pernambuco nos assuntos da Capitania de Itamaracá, apresentados por Duarte Coelho em correspondência direta à coroa portuguesa até 1550 pouco antes de sua morte.

Durante a administração de João Gonçalves, que só teve início oito anos após a sua nomeação, em 1548, pois ele mesmo fez uma parada na Ilha de São Domingos no Haiti, para fazer reparos em sua embarcação, deixando durante estes anos membros de sua armada sobre o controle da Capitania.

O governo de João Gonçalves foi chamado por Frei Vicente Salvador de “era dourada” da Ilha de Itamaracá, devendo-se este título a vários fatores, tais como uma estruturação das funções públicas na Capitania que lograva a função de capitão-mor, também a de almoxarife e de feitor régio, centralizando o poder no território da Capitania e dificultando a ação dos traficantes de pau-brasil, tão repudiados por Duarte Coelho. Foi também João Gonçalves quem elevou à condição de Vila a povoação de Nossa Senhora da Conceição.

Outro fator importante da administração do capitão João Gonçalves, sobretudo para o nosso objeto, diz respeito ao controle dos indígenas de Pernambuco - os caetés

-, ficando apenas a porção mais ao norte da Capitania fora do controle, posto que dominada pelos potiguares que tinham há muito tempo forte relação com os franceses.

Os conflitos contra os potiguares resultaram na criação da Capitania Real da Paraíba, tomando boa parte da terra que os sucessivos governadores de Itamaracá não conseguiram povoar, nem muito menos fazer prosperar, e entregando aos colonos portugueses para a nova jurisdição administrativa acima do rio Paraíba no ano de 1585, assim como consta no Diálogo das Grandezas do Brasil⁵⁰.

A partir da constituição da Capitania Real da Paraíba, a ocupação do território da Capitania de Itamaracá ficou restrita aos limites da Ilha, e a sua administração ficou ainda mais comprometida devido ao relativo isolamento devido à condição de ilha, ficando apenas de acesso ao continente às malhas fluviais, que serão discutidas mais à frente, neste capítulo.

O fato é que este “isolamento” de Itamaracá possibilitou uma expressiva expansão do território e do controle de Pernambuco, que passou a expandir os seus núcleos de povoamento para além de Olinda e Igarassu, alcançando o rio Tracunhaém ao longo do curso do rio Goiana e ocupando o Capibaribe-Mirim; todos provenientes do território continental da Capitania de Itamaracá.

A Capitania de Itamaracá ficara reduzida a menos de um terço do seu território, Limitando-se a sete léguas da costa, do Canal de Santa Cruz, ao su do rio Itaperobu, Ao norte, enquanto a porção deste rio, se estendendo por 23 léguas de costa até o rio Garaú, passou a pertencer a nova Capitania. (ANDRADE, 1999. p.71)

⁵⁰ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos das Grandezas do Brasil. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

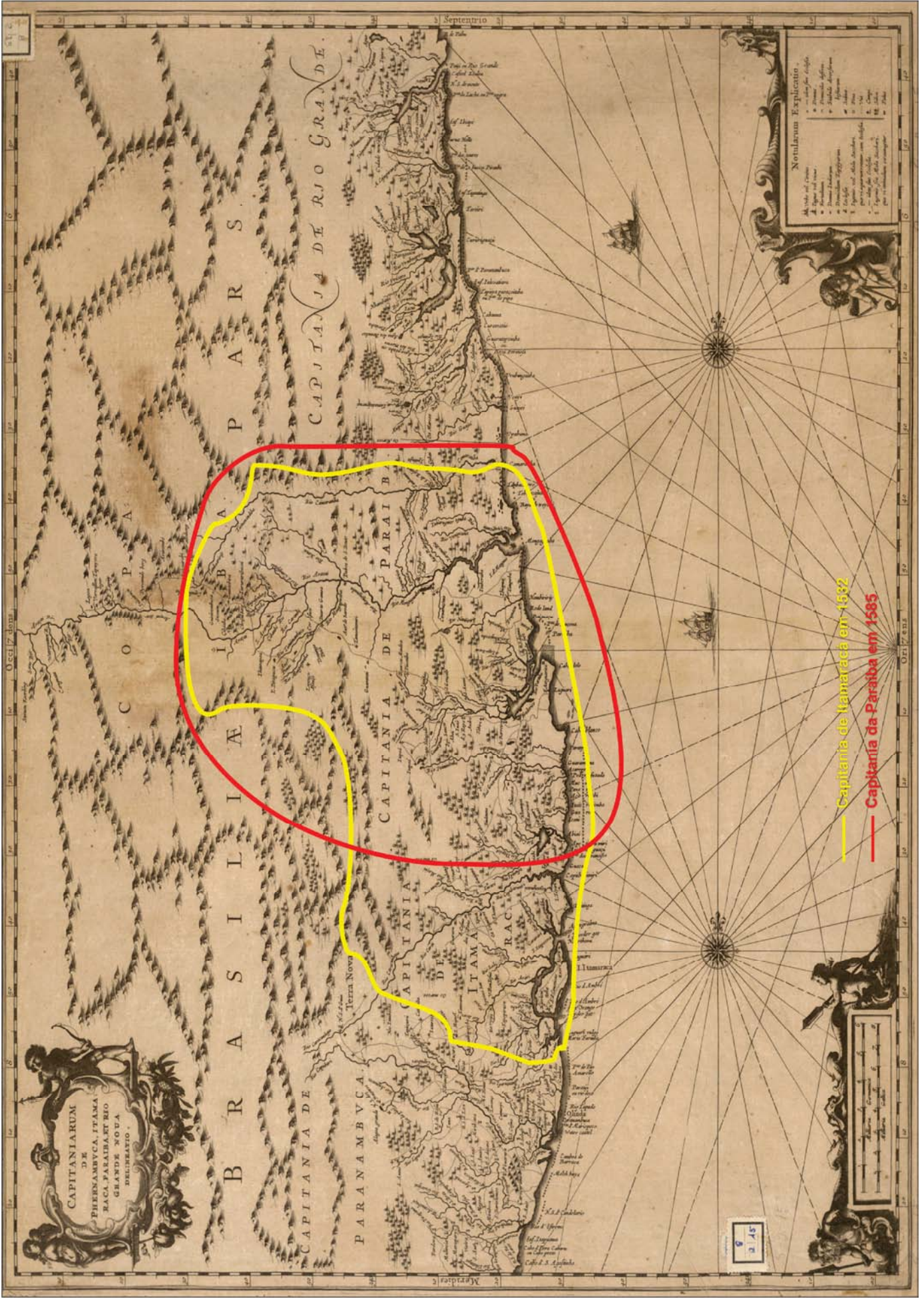


Figura 15: Recorte do território da Capitania de Itamaracá e da Capitania da Paraíba; Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional Brasileira (Cart529239)

O que vemos no mapa é justamente um recorte de dois momentos em que se tocam as condições territoriais da Capitania de Itamaracá e da Paraíba. A partir desta cartografia que já foi usada em outros momentos deste texto e que como evidenciamos nos legam muitas observações, podemos divisar, com esta marcação gráfica produzida para o trabalho, o contorno aproximado do que foi a Capitania de Itamaracá no início de sua constituição e dos espaços territoriais que foram legados à Capitania da Paraíba. Isto nos mostra com mais propriedade a dimensão da revisão e a extensão dos territórios.

O fato é que além do enfoque no mapa que passou a ser terras da Capitania da Paraíba, temos também de considerar a porção que ainda que fazendo parte do território oficial de Itamaracá, a área estava controlada pelo governo da Capitania de Pernambuco. Neste caso estamos falando das Vilas de Goiana e Igarassu, que serão definitivas para a perda de domínio político da Capitania de Itamaracá.

Neste sentido, os territórios então pertencentes à Capitania de Itamaracá, após ser incorporada à Capitania de Pernambuco, tendo como Comarca a Vila de Goiana, estarão Tejucupapo, a própria Ilha de Itamaracá, os curatos de Caricé e Itambé, além da Freguesia de Goiana e das Paróquias de Nossa Senhora da Penha e de Taquara. A Paraíba alargou a sua influência a partir da criação da Ouvidoria no ano de 1687, estabelecendo os territórios da própria Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Itamaracá como posto acima.

É importante notar, neste trabalho, que as reflexões parecem nos encaminhar para um entendimento de que para além da hierarquização das Capitânicas, a relação não sofreu mudanças muito drásticas no que diz respeito ao comércio e à produção, pois nestes campos já existia uma relação de codependência, evidenciada pelos documentos do arquivo ultramarino, bem como pelos cronistas que vivenciaram a estreita relação entre as ditas capitânicas anteriores à chegada dos holandeses e que perpassou este período.

O que precisamos nos certificar é em que medida as mudanças no sistema de Capitânicas influenciaram os limites territoriais, como expostos anteriormente, sobretudo no que se refere à expansão do território da Capitania de Pernambuco e à criação da Capitania Real da Paraíba.

As mudanças na balança de controle econômico na região são de fundamentais importâncias para esta análise, visto que com a nova divisão entra de forma definitiva nesta equação a Capitania da Paraíba que, como foi apontada anteriormente, herdou territórios anteriormente pertencentes à Capitania de Itamaracá e às Vilas de Goiana e Igarassu, que vão assumir posição política diferenciada, dentro do cenário continental, suplantando em um curto período de tempo a influência da Vila de Nossa Senhora da Conceição.

Outro fator extremamente relevante no momento e que também foi pontuado por Regina Célia Gonçalves⁵¹ é o fato de grande parte da Capitania de Itamaracá ter permanecido durante os dois primeiros séculos de colonização praticamente despovoada. Esta situação só vai melhorar pouco antes da chegada dos holandeses e após a sua instalação - momento em que se fazem prosperar os engenhos de cana-de-açúcar. Ainda assim, José Antônio Gonsalves de Mello, em seu Tempo dos Flamengos, nos deixa saber que na Ilha não passavam de 100 vizinhos durante a presença holandesa.

Isso significa dizer que até a primeira metade do século XVIII, quando Itamaracá era oficialmente uma Capitania “independente”, o grosso de sua população se concentrava na Ilha de Itamaracá, enquanto a parte continental da Capitania estava relegada de suas preocupações e, em sua maior parte abandonada conforme afirma Célia Regina⁵².

Para além das disputas territoriais, o poder centralizador da Capitania de Pernambuco exercido durante séculos foi efetivado para Itamaracá em 1763 quando o sistema de hierarquização das Capitânicas em Reais e Anexas se efetivou, apesar de que há quem diga que de fato Itamaracá esteve desde a sua doação sobre o controle de Pernambuco.

Como discutido anteriormente, a relação entre Pernambuco e Itamaracá se estreitava à medida em que a situação econômica da Ilha declinava, e que os seus governadores se mantinham isolados na Vila de Nossa Senhora da Conceição,

⁵¹ GONÇALVES, Regina Célia. Guerra e Açúcares: a formação da elite política na Capitania da Paraíba. In OLIVEIRA, Carla Mary da Silva; MEDEIROS, Ricardo Pinto. Novos olhares sobre as capitânicas do Norte do Brasil. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

⁵² Ibid. p. 24

enquanto as atividades mais rentáveis eram efetuadas nos limites continentais nos engenhos de cana-de-açúcar às margens do rio Goiana.

Neste sentido, para Pernambuco, eram as suas legítimas Capitânicas Anexas: Itamaracá, Paraíba e Rio Grande; enquanto os governadores destas Capitânicas indicavam que se tornavam então anexas. As Vilas que já tinham capitão-mor e, portanto, podiam se nomear capitânicas como as Vilas de Sirinhaem, Porto Calvo, Alagoas e Rio São Francisco.

De acordo com a historiadora *Luciana de Carvalho* (BARBALHO, 2009, p. 36) a dúvida no que diz respeito a quais eram de fato às Capitânicas anexas à Pernambuco se explica pela titulação de Mestre de Campo Geral do Estado do Brasil dado a Francisco Barreto de Menezes, também governador da Capitania de Pernambuco, segundo o qual estavam todas as capitânicas do norte do Brasil a ele subordinadas.

Após a expulsão holandesa, mesmo antes da oficial anexação, a Capitania foi incorporada ao controle da coroa portuguesa, enquanto a retomada dos territórios perdidos durante a invasão holandesa e mesmo o controle dos engenhos não era efetivado, ficou a cargo da Coroa o estreitamento da relação que já se efetuava sob a figura dominante no cenário local, desde a invasão flamengo do então donatário D. Luis Alves de Castro Ataíde e Souza, mais conhecido como Conde de Montesanto e Marquês de Cascais.

A definição do controle político de Pernambuco frente à Capitania de Itamaracá vai se dá quando Itamaracá será rebaixada ao posto de Comarca de Goiana, então alçada à Categoria de Vila; “Na segunda metade do século XVII e no século XVIII, Goiana tornou-se o principal centro urbano da capitania, e ela se transformou em um grande centro comercial, com porto fluvial a cerca de nove quilômetros da costa, que permitia a entrada de embarcações de pequeno e médio portes.” (ANDRADE, 1999. p. 94)

Por fim, vale salientar que no que diz respeito à dita subordinação da Capitania de Itamaracá em relação à Capitania de Pernambuco, como foi discutido durante toda esta parte do texto nos interessa sobretudo, que o conhecimento desta subordinação não escapava aos olhos da Coroa portuguesa e que o reflexo desta subordinação podia ser percebido nas esferas locais, como é o caso das disputas

políticas entre as Vilas de Goiana e Nossa Senhora da Conceição, e também a nível regional, como foi o caso dos tão debatidos territórios pertencentes à Capitania da Paraíba.

Como esclarecemos anteriormente, podia até não haver um controle específico da coroa portuguesa sobre os negócios entre Capitánias, mas os assuntos estavam sempre ao alcance do centro do poder colonial em Lisboa, como evidencia o documento transcrito dos arquivos da Biblioteca Nacional Brasileira, em sua versão digital, que versa sobre a questão tão premente e amplamente discutida neste texto sobre a subordinação de Itamaracá a Pernambuco, fator que mesmo para as autoridades jurídicas do período estava em discordância, o que gerou inúmeros conflitos, segundo informes apontados anteriormente.

Carta de S.A. sobre as dúvidas que teve o Governador Afonso Furtado com Fernão de Souza Coutinho Governador de Pernambuco.

Afonso Furtado de Mendonça Governador amigo. Eu o Principe vos envio muito saudor havendo mandado ver o que me escrevestes em carta de 25 de Junho passado em razão das duvidas que tivestes com Fernão de Souza Coutinho Governador de Pernambuco sobre a subordinação da Capitania de Itamaracá, de que também lhe medeo conta, e as diferenças que já sobre este negócio tenhas procedido entre o Conde de Obidos, e Francisco de Mendonça Furtado, me pareceis dexaivos que por conveniência muito meu serviço, heus servido resolver que a dita Capitania de Itamaracá seja subordinada ao governo de Pernambuco em quanto do feitas e que no que toca ao Governo Ordinário da Justiça, a Fazenda há de seguir a dita Capitania o mesmo que apontava até agora nos autos judiciais os Ministros da Justiça com razão para a Relação da Bahia, e os de ... ao Provedor mor dela, e a Fernão de Souza Coutinho mando repreender dos excessos com que se houve, estranhando-lhes muito por mandar o prender ao capitão de Itamaracá por guardar a vossa ordem, e com a informação do Desembargador Manoel da Costa ... que mandastes teria deste procedimento, mandareis proceder em todo o rigor contra quem o merecer de que vos aviso para que o tenhaes entendido, aguardeis muito pontualmente o que neste negocio tenha resoluto. Escrita em

Lisboa a 22 de Dezembro de de672 = Príncipe = para o Governador e Capitão
Geral do Brasil = Bernardo Vieira [...] ⁵³

Os assuntos concernentes à subordinação da Capitania de Itamaracá frente à Capitania de Pernambuco não se esgotam e já foram debatidos por outros autores; entretanto, entender como a dinâmica colonial no norte do Brasil funcionava. Este fato significa entender em que medida as ditas capitanias estabeleciam os seus acordos políticos, pelos quais percebemos, muitas vezes, datam-se a base de conflitos, tais quais estavam para além do controle da Coroa. Ainda que existisse, de fato, a subordinação, e que consideramos todas as questões que enfatizam o fracasso da Capitania de Itamaracá, não podemos deixar de refletir que existiam esferas para as quais nem Pernambuco em toda a sua potência tinha o controle. E esta é justamente a questão que nos leva a discutir o controle exercido pela Capitania de Pernambuco e a entender as estratégias adotadas por Itamaracá para escapar a este controle, ou ao menos subsistir por tanto tempo com uma frágil independência política e comercial.

A questão da cal, enquanto produto e enquanto mercadoria pode ser um primeiro passo para entender o intrincado jogo de redes de poder local que se estabeleciam para além do controle da metrópole e que funcionavam com outra lógica social.

A produção da cal foi extensiva na Ilha, como vamos demonstrar no terceiro capítulo deste texto; mas existência documental está relegada aos vestígios materiais de sua produção, enquanto nos registros manuscritos, foi esquecido de anotar a sua aparição no cenário econômico da colônia. E esqueceram ainda que deste produto se edificou boa parte dos sobrados, mercados, portos, armazéns, igrejas e tantos outros edifícios que compuseram as vilas e cidades do domínio português no Brasil.

A materialidade produtiva da cal é como um farol em relação à história de Itamaracá em seu momento mais crítico, quando sobreviver em uma colônia essencialmente açucareira, onde o seu território era cada vez mais engolido pelos donos dos engenhos de cana-de-açúcar ou pelas guerras com os indígenas.

53 Transcrição do Manuscrito digitalizado pela Biblioteca Nacional Brasileira. Ano 1672. Título: *Carta ao Governador Geral do Brasil esclarecendo as dúvidas dos Governadores de Pernambuco e Bahia sobre a subordinação da Capitania de Itamaracá*. Doc. 618 -28 – 17.

A cal figurava como um produto quase irrelevante, uma alternativa para as poucas famílias que possuíam engenho na Capitania, apenas alguma roça de mandioca. Produzir cal na Ilha não era negócio para grandes comerciantes ou donos de terra; era ofício daqueles que poucas opções tiveram quando os holandeses abandonaram a Ilha e arrasaram os engenhos, quando Pernambuco ampliou o seu controle sobre o território das capitanias do norte.

2.3 Entre Terra e Mar: As rotas de escoamento da produção caieira.

Neste tópico, realizamos um estudo de relação história-geografia no qual analisamos as rotas marítimas, fluviais e continentais que serviram de escoamento para a produção da cal, cuja importância se deve, sobretudo, ao entendimento de que existia um fluxo de comércio em torno desta produção e de que este não era aproveitado somente nos limites da Ilha, ou mesmo da Capitania. A partir da análise dos espaços de comércio favorecidos nestas rotas, estabelecemos para o terceiro capítulo a lógica do diálogo entre as capitanias e passamos a lançar luz a um novo entendimento da dinâmica sócio-política existente entre elas.

Se pensarmos que a produção caieira fora dos limites da Ilha de Itamaracá só veio se estabelecer de acordo com dados arqueológicos e históricos na parte continental da Capitania e nas demais capitanias do norte do Brasil durante a primeira metade do século XX, chegaríamos à conclusão de que todas as edificações que se utilizaram deste produto ao menos no período colonial, temos, enfim, uma grande parcela que foi comercializada a partir da Ilha.

Para confirmar esta observação, haveria de ser realizado um estudo histórico-arquitetônico, onde o casario preservado das antigas Capitanias de Pernambuco, do Rio Grande e da Paraíba fosse analisado quanto ao tipo de cal utilizada comparada a produzida na Ilha, a exemplo do estudo realizado para este trabalho, mas com ênfase no resultado arquitetônico que daria razão a um conteúdo histórico de identificação da utilização deste produto ao longo dos séculos. Apesar de profícuo, este não é um estudo possível de ser realizado em uma dissertação de mestrado, apesar de acreditarmos que este texto já deve lançar as bases para este espaço de reflexão.

Entretanto, neste momento, podemos divisar em que medida as redes fluviais partidas da Ilha para outras partes da Capitania e desta para as Capitanias de Pernambuco e Paraíba funcionavam como rota de escoamento da produção caieira. Apontando ainda, de que forma esta produção era transportada, e qual era o tipo de controle alfandegário exercido, se é que existia tal coisa em relação à cal. Uma informação podemos já estabelecer: não existia para a cal um transporte específico, esta se caracterizava por ser um produto que era carregado em decorrência de outros, então mesmo que consideremos uma produção elevada, temos em contrapartida uma circulação subordinada à comercialização de outros produtos.

Rastrear a rota de comercialização da cal, significa, por exemplo, ir em busca da comercialização de outros produtos de baixo custo, como a madeira e em determinados períodos o tabaco, acompanhado também, em muitas das vezes, pela macaxeira. Portanto, neste tópico, fazemos um estudo das redes fluviais e dos produtos que por elas circulavam, buscando assim rastros de cal entre eles, e entendendo como saía da Capitania de Itamaracá e quem sabe lançando luz sobre os seus usos em outras partes da colônia brasileira.

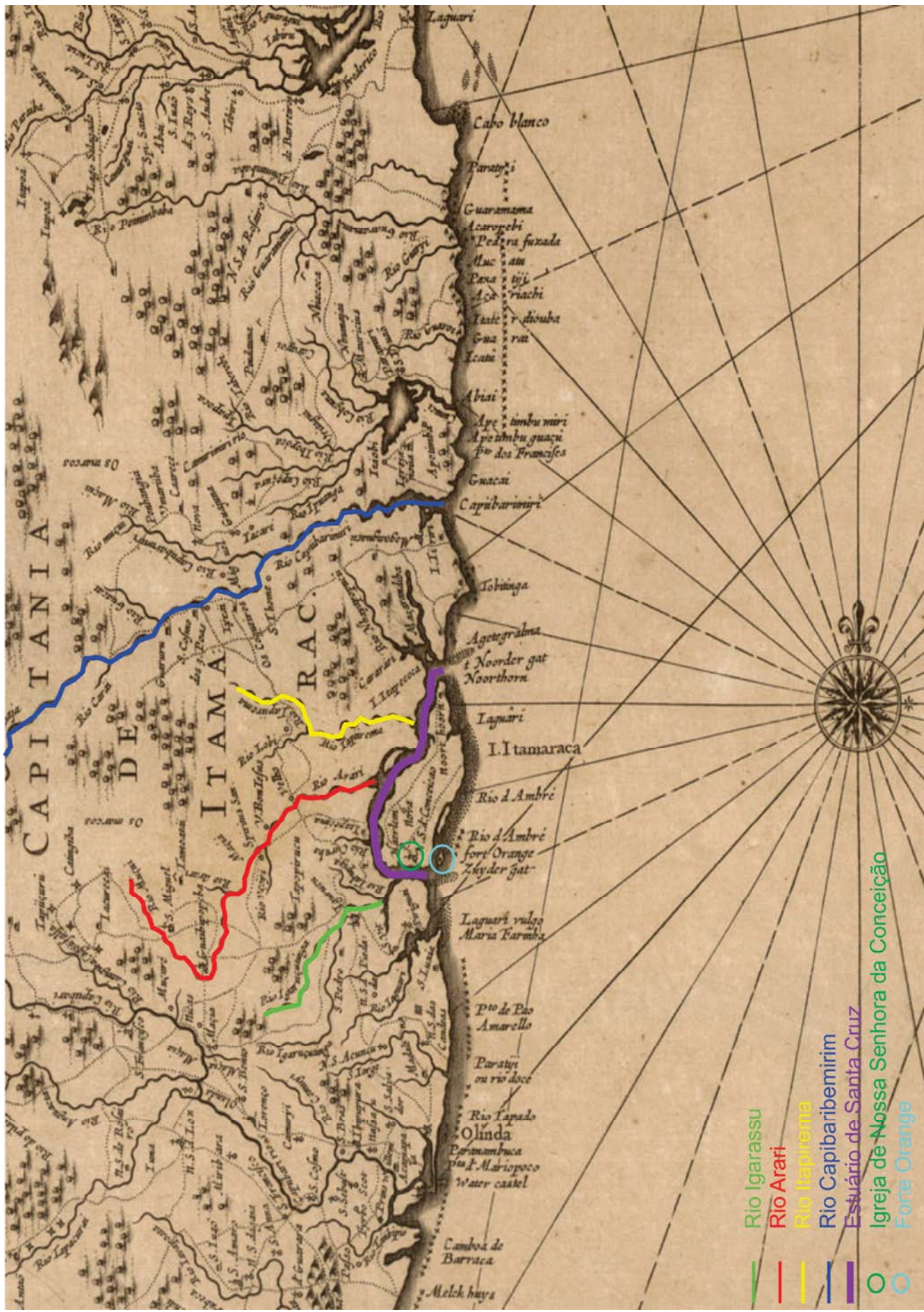


Figura 16: Rotas fluviárias da Capitanias de Itamaracá. Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional Brasileira (Cart529239)

Então, como visto acima, montamos uma representação sobreposta ao mapa que temos utilizado como base neste texto. A partir dele, apresentamos os principais rios que fazem rota saindo da Capitania de Itamaracá, como parte do entendimento da distribuição de material calínio para a parte continental da Capitania.

Em primeiro plano, colocamos o estuário de Santa Cruz, que como foi debatido anteriormente, é um importante espaço de navegação e tinha pelo menos um porto oficial e mais alguns locais de atracagem não oficiais, mais reconhecidos da fala dos cronistas como Gabriel Soares de Souza, como mostra o trabalho de Josué Lopes⁵⁴ (LOPES, 2013) sobre os portos da Ilha.

Era a partir do Canal de Santa Cruz, conforme destacado no mapa, que as embarcações contornavam a Ilha em direção a rios como o Arari e o Itapirema, com os quais se conectavam diretamente. Estes rios se alargavam no interior do continente para as regiões pouco habitadas, atravessando vilas e chegando aos engenhos de cana-de-açúcar da Capitania.

No que diz respeito ao rio Igarassu, podemos apontar que ele, apesar de não se conectar diretamente com o canal de Santa Cruz, utiliza um de seus braços e, sobretudo, é apontado como ligação entre os engenhos mais produtivos desta área da Capitania de Pernambuco entre os séculos XVI e XVII.

O rio Capibaribe Mirim é, praticamente, um dos limites naturais mais importantes desta área, posto que por muito tempo, até meados do século XIX, de acordo com a expedição de Koster, foi rota de inúmeros comerciantes, de travessia de mercadorias e também serviu como uma fonte de água doce para os engenhos e, posteriormente, para propriedades rurais de gado extensivo da região. Já o rio Paraíba, além de extremamente significativo para o cenário colonial na disputa de terra com os índios Potiguares e Tabajaras, como conta a história da Paraíba, pode ser entendido como uma outra rota para o transporte da Cal para o Continente, tanto margeando a costa e subindo a foz, como a buscando a travessia já dentro do continente, após a estabilidade política com a Coroa e a já comentada hierarquização das Capitânicas.

⁵⁴ SANTOS, Josué Lopes dos, ORGANIZAÇÃO PORTUÁRIA DA ILHA DE ITAMARACÁ ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVII: Articulações inter-regionais e internacionais. Dissertação (Mestrado em História). Recife, 2013.

Outro rio extremamente relevante, mas que não figura nos registros cartográficos aos quais tivemos acesso e também nos quais temos conhecimento, é o Rio Paripe, que faz parte do estuário de Santa Cruz e que se estende para o interior da Ilha margeando a encosta da então Vila de Nossa Senhora da Conceição.

O rio Paripe tem sua extensão formada por manguezal que, de acordo com a maré, aumenta o volume de água substancialmente, chegando a até cinco metros de profundidade na maré alta e em baixa maré, mas pode ser atravessado caminhando. Durante as pesquisas de campo, pudemos acompanhar vários momentos de cheia e vazante deste rio. É relevante ainda por comportar em suas margens um dos fornos de cal da Ilha, o que será discutido mais detidamente no terceiro capítulo.

O rio Paripe não é uma rota possível; podemos dizer que é a única rota para escoamento da produção deste forno específico, no sentido de que o forno de cal está em um barranco, como os demais; e que o Rio está entre uma densa mata atlântica primária e uma área de mangue que,, fica totalmente alagada pelo rio em determinadas épocas do ano.

Conforme apontado anteriormente, estas possíveis rotas nos indicam o escoamento da cal, mas em um contexto mais amplo apresenta os usos feitos da cal, quando pensamos que a maioria destes rios, neste período, não se conectavam a vilas, mas margeavam as propriedades rurais. Como a cal da Ilha era quase que exclusivamente para a construção civil – fato que será observado no terceiro capítulo - é fácil visualizar o seu uso para a construção de sobrados e capelas.

Entretanto, esta problemática ainda trabalha com uma possibilidade que os documentos históricos não comprovam definitivamente; contudo tentaremos contornar com a ajuda da arqueologia e da arquitetura dos fornos e das edificações que utilizaram a cal como argamassa.

3. O LEGADO DA CAL: DE PRODUTO MARGINALIZADO A SUSTENTÁCULO ECONÔMICO

Este capítulo final no serve tanto como elo com os demais elementos apresentados, como espaço norteador de outros questionamentos. À medida que construímos um cenário econômico para a Ilha de Itamaracá em que a cal assume papel de destaque em uma situação de crise, conduzimos a nossa escrita para outras observações científicas que dizem respeito à cal divisada em outros ângulos. O que significa dizer que, ao estabelecer a argamassa como um objeto de estudo da História, ao utilizarmos aparatos metodológicos advindos da Geografia, Arqueologia, e Arquitetura, podemos colocar este produto em outros lugares de observação e pensarmos o mesmo a partir de seus desdobramentos sociais, culturais e políticos.

Ao longo do texto, apontamos muitas possibilidades no trato da cal enquanto objeto de estudo da História. Obviamente, este estudo não se encerra aqui, pois mesmo as questões econômicas e seus dados consequentes ainda têm muito a suscitar.

Neste capítulo, abordamos a cal em um cenário mais particular presente em seu espaço de produção - a própria Ilha de Itamaracá. Neste sentido, procuramos observar a partir de registros comerciais da Ilha, de relatos de cargas e de viajantes a produção e comercialização da cal e dos produtos com os quais ela dividia espaço, como foi apontado no capítulo anterior.

Nesta parte do texto, iniciaremos ainda uma análise referente à utilização da cal em âmbito arquitetônico, relativo às características dos fornos de cal enquanto elemento patrimonial da Ilha de Itamaracá e, sobretudo, no que diz respeito à utilização do produto para a construção dos inúmeros prédios constituintes do nosso equipamento urbano colonial.

Faremos esta análise a partir da obtenção de dados arquitetônicos, mas a aplicação ao nosso objeto segue a metodologia presente até então no trabalho, concernente à História e à Arqueologia histórica, com vias ao entendimento de que os dados postos servem para enfatizar e concretizar as indagações referentes ao objeto

que é tomado neste texto como um objeto de valor histórico. Não abandonando o fato de que é possível e seria importante realizar um trabalho aprofundado da área de Arquitetura sobre os fornos da cal e sobre a utilização da argamassa até hoje nas construções brasileiras.

3.1 A produção caieira e a economia da Ilha

As problemáticas acerca da economia da Ilha de Itamaracá entre 1654 e 1763 são suscitadas de forma recorrente neste trabalho, posto que dão sentido a esta pesquisa quando se propõe a afirmar que a cal foi um produto mais relevante para o contexto colonial do que havia sendo posto até então. Tendo em vista isso, tratamos, neste ponto do texto, de analisar de que forma a produção caieira contribui para, neste momento de reorganização política e econômica das capitanias do norte do Brasil, sustentar a já escassa fonte econômica, agora com os territórios cada vez menores e com o controle da produção açucareira diluído entre Pernambuco e Paraíba.

Em conformidade com o que pode ser compreendido pela ampla pesquisa desenvolvida ao longo deste texto, a cal serviu, então, como objeto de produção efetuada durante todo o ano, mas que, em momentos de crise como o estudado, passou por uma intensificação de seu arsenal produtivo, bem como de suas redes de distribuição.

É preciso observar ainda que, na medida em que a produção da cal foi sendo desenvolvida na Ilha, o controle político da argamassa foi sendo passado para a vila de Goiana, e com ele os incentivos econômicos, como observado no trabalho de Luciana Barbalho (2009)⁵⁵, acerca da disputa das terras dos engenhos após a expulsão holandesa.

Com o deslocamento da renda da coroa portuguesa, a saída da Ilha da Casa de Câmara e Cadeia e, conseqüentemente, do poder do capitão-mor que, como vimos anteriormente, já era observado de perto pela Capitania de Pernambuco, sendo as responsabilidades camararias assumidas à vila de Goiana, Itamaracá ficou ainda mais isolada economicamente. Inclusive, é neste período que, para Manuel Correia de Andrade se acentua a derrocada da Capitania a qual, para o autor, já começou frustrada.

⁵⁵ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, intitulada: Capitania de Itamaracá. Poder Local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742). Paraíba, 2009.

No que diz respeito ao aparato econômico da Ilha durante o período estudado, temos a sobrevivência dos engenhos de cana de açúcar, como o Amparo, o comércio de madeira e frutas tropicais que já era corrente desde os primeiros anos da colonização, e por último a produção da cal.

Este produto específico foi decisivo em um momento em que a produção açucareira era a maior parte da renda que estava prejudicada pela condição dos engenhos, já que muitos foram abandonados durante a guerra com os holandeses, também, como principal fator. O crescimento dessa produção no continente, nas regiões que anteriormente, pertencia à Capitania de Itamaracá, como Goiana e Igarassu.

A cal produzida na Ilha pode ter sido utilizada para reforma dos conjuntos urbanos e de edifícios isolados de sobrados e engenhos destruídos durante a expulsão dos holandeses; bem como para a manutenção das fortificações da Barra Sul da própria Ilha de Itamaracá, do Forte Orange reconstruído pelos portugueses e de outros fortes ao longo da costa da região norte do Brasil.

Ainda que não possamos analisar e indicar monumentos e edificações que utilizaram a cal da Ilha de Itamaracá como documento para estas afirmações postas acima, podemos validar a nossa colocação quando observamos o fato de que a produção de cal no Brasil nos três primeiros séculos só foi efetuada em dois locais: a Bahia e a Ilha de Itamaracá segundo pesquisa desenvolvida pela já citada arquiteta Cybèle Celestino Santiago⁵⁶ e também pelo estudo dos cronistas já analisados neste texto. A partir deste, também podemos estabelecer uma periodização para o início da produção de cal no Brasil e conectar esta produção ao contexto de Itamaracá.

O principal relato de viajante analisado neste trabalho sobre a produção de cal é o feito por Gabriel Soares de Souza em seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, no qual descreve a produção da argamassa de ostra ou marisco como encontrada na Bahia. Em seu relato, o pesquisador faz várias alusões ao uso da cal com fins construtivos e diz que é de boa qualidade. É importante ressaltar que o processo de produção da cal a partir da queima dos mariscos precisa ser adicionado de outros materiais como a areia, e que, por este motivo, a qualidade é inferior a da cal produzida com pedra calcária como na Ilha de Itamaracá, quando a adição de outros materiais é opcional.

⁵⁶ SANTIAGO, CC. Argamassas tradicionais de cal. [online] Salvador: EDUFBA, 2007. 202 p.

E há tantas ostras na Bahia e em outras partes que se carregam barcos delas, muito grandes, para fazerem cal das casas, de que se faz muita e muito boa para as obras, a qual é muito alva; e há engenho que se gastou nas obras dele mais de mil moios de cal destas ostras, as quais são muito mais sadias que as da Espanha. (SOUZA, 2010. p. 282)

O cronista ainda reconhece que a qualidade da cal de ostra é inferior à cal de pedra calcária, mas demonstra que não teve muito contato com o produto devido ao fato de, no período, apenas a jazida da Ilha de Itaparica estar sendo explorada e de forma ainda muito humilde.⁵⁷, como indica o texto destacado abaixo:

Muito alva e liga a obra como dela se faz como a de Portugal e cadeiam-na da mesma maneira mas não leva tanta areia como a cal que se faz das ostra e de outro qualquer marisco, de que também se faz muito alva e boa para todas as obras, quanto mais que quando não houvera remédio tão fácil para se fazer infinidades de cal como o que está dito, com pouco trabalho se podia fazer muita cal na Baía, no rio jaguaripe e em outras partes há muita pedra lioz como a de Alcântara, com umas veias vermelhas, a qual pedra é muito dura de que se fará muita obra prima, quanto mais cal para o que se tem experimentado já, e cozem muito bem e se não valem dela para fazerem cal, é porque acham estouro remédio muito perto e muito fácil e para as mesmas obras e edifícios que forem necessários. (SOARES, 2010. p. 252).

Neste sentido, a produção de cal de ostra difere em muitos pontos da produção de cal a partir da pedra calcária, o que justifica também a escolha de Itamaracá pela segunda em detrimento da primeira que também é abundante na ilha. Levantamos durante a pesquisa a possibilidade de ser produzida cal utilizando-se os dois materiais, entretanto, algumas questões inviabilizam este processo: em primeiro lugar, o processo químico de queima é diferenciado. O tempo, a temperatura e o produto resultante são específicos para cada tipo de matéria-prima.

⁵⁷ Um trabalho sobre a produção da cal na Ilha de Itaparica e sua relação com a produção da Ilha de Itamaracá ainda está por ser produzido, seria extremamente relevante para os conhecimentos acerca desta economia cruzar os dados das duas localidades, sobretudo no que diz respeito aos documentos oficiais da Coroa Portuguesa, relacionados na Bahia.

Também no que diz respeito à cal advinda da pedra calcária, acreditamos ser decisiva a escolha no quesito qualidade do produto final e também adição de outros materiais que é opcional para a produção deste tipo de cal, sendo necessário apenas o forno e o combustível para se conseguir uma pipa de cal, por exemplo.

Para que a estrutura econômica da Ilha de Itamaracá seja compreendida em toda a sua complexidade, sobretudo no que diz respeito à produção de cal, faz-se necessário para além do que já foi posto, que diz respeito ao tipo de cal produzida, ao tipo de matéria-prima e às especificidades do material em relação a outros tipos de cal produzida em regiões diversas do Brasil, é necessário estabelecer uma reflexão sobre a condição de escoamento desta produção.

A distribuição de mercadorias a partir da Ilha de Itamaracá era efetuada, sobretudo, com o subsídio da rede fluvial que ligava a Ilha ao continente, que a ligava a outras partes do império ultramarino português. A rede fluvial já debatida no segundo capítulo deste texto compreende a via de deslocamento natural no interior da Ilha, mas também na travessia do canal de Santa Cruz. Ainda mais que as embarcações para o transporte da cal precisavam ter um bom acondicionamento do produto que não deve, segundo recomendações dos tratadistas de arquitetura clássicos, receber a adição de elemento salínio após o produto final, pois a aplicação da cal sofrerá modificações, e a sua qualidade estará comprometida.

Sabe-se que a água é um dos principais agentes de degradação dos materiais de construção, participando dos processos físicos de degradação aos quais os materiais porosos estão suscetíveis, principalmente a absorção de água por capilaridade. (SOUZA, 2012. p. 42)

Este problema deveria ser enfrentado cotidianamente no transporte da cal, tendo em vista a utilização de embarcações leves e pequenas para atravessar rios como o Paripe e também o próprio canal de Santa Cruz que, apesar de suportar embarcações de alta calagem, tinha um tráfego maior das embarcações menores, como as canoas de madeira e as barçaças.

Ainda que fossem necessárias embarcações apropriadas para o transporte da cal, devemos considerar o fato de que a argamassa não tinha uma circulação exclusiva. Ou seja, a cal era comercializada junto com outros produtos que, em tese,

eram mais lucrativos para a coroa portuguesa e por este motivo factível de cobrança de impostos. Uma carga de açúcar ou de madeira poderia muito bem transportar algumas pipas de cal em recipiente fechado e longe da umidade e salinidade como recomendado pelos tratadistas.

O que não podemos deixar de considerar é que a cal sendo produzida durante todo o ano como indicou a análise da estrutura dos fornos servia como base de produção familiar para uma economia em crise; mas, justamente em decorrência deste momento de reestruturação, precisou-se deste produto para a reconstrução dos principais edifícios públicos e privados. Esta condição ainda que não fosse suficiente para manter uma economia potente como a divisada pelas capitâneas continentais de Pernambuco e Paraíba, suas vizinhas ao menos mantiveram o perfil da Ilha de uma economia baseada no comércio de produtos tropicais.

Outro fator extremamente relevante para o entendimento do cenário econômico da Ilha diz respeito a sua estrutura portuária, que, como pode ser observado no trabalho de Josué Lopes (2013), tem uma presença estratégica na Ilha de Itamaracá, além de ser definitivo para o sucesso de uma cidade ou vila colonial, como pode ser observado no trecho extraído de sua dissertação de mestrado intitulada: *Organização Portuária da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII: Articulações inter-regionais e internacionais*, “Um importante fator que influenciava no desenvolvimento de uma cidade colonial era a boa estrutura física da barra dos seus portos, já que estes garantiam um bom desembarque e geralmente estavam localizados em regiões com condições favoráveis para ocupação humana.” (LOPES, 2013. p. 62).

Neste trabalho, os portos estão cobrindo as duas entradas, dois principais acessos ao continente. Com a finalidade de se obter além do embarque de víveres, ou realizar a calafetagem das embarcações, os portos estavam, neste caso, sempre próximos às estruturas de defesa da Ilha como indica o autor acima citado.

O mesmo autor informa ainda em seu estudo que o único porto da Ilha que poderia receber embarcações de grande porte seria o porto da Barra Sul da Ilha, justamente o que ficava próximo à Vila de Nossa Senhora da Conceição e do Forte Orange, isso durante o período holandês. Ainda assim devemos ressaltar como porto oficial também o da Barra Norte de Goiana, que apresentava outra condição de defesa, com o fortim da Catuama.

A condição portuária da Ilha de Itamaracá no período estudado era, sobretudo, de um porto de cabotagem quando se utilizava a estrutura portuária para a realização de troca de mercadorias, de abastecimento do navio com víveres e combustível e do reparo nas embarcações antes das longas viagens atlânticas. O trajeto das embarcações que ancoravam em Itamaracá era com destino a outras partes da colônia e entre fins do XVII e início do XVIII. Esse destino era o Recife, cujo porto já havia alcançado o status de porto vocacionado para o comércio oceânico.

O que reafirma a dependência da Capitania em relação as suas vizinhas do continente, como é o caso de Pernambuco, fator que temos debatido durante todo o texto e que é definitivo para o entendimento da condição macro em que está ancorada a Ilha de que trata o nosso trabalho. Se construirmos um panorama em que a produção e comercialização da cal figura como alternativa econômica para a Ilha e desta que se destaca frente às outras porções da colônia, sobretudo, da região do norte do Brasil, como única produtora deste indispensável material construtivo, empreendemos um questionamento cada vez mais latente, de que a influência de Pernambuco sobre a Ilha não alcançava esta produção.

Neste sentido, os dados historiográficos postos até então, que não contam com a relevante presença desta produção na Ilha para o contexto da colônia brasileira, devem agora iniciar uma nova busca por fontes que venham aprofundar ainda mais a relação deste produto como um diferencial nos estudos coloniais acerca da relação entre as capitanias do norte do Brasil. Refletimos ainda sobre o fato de as fontes coloniais oficiais não se deterem sobre esta produção e reforçamos a ideia de que os lugares de observação devem ser ampliados como posto neste trabalho, considerando fontes diversas apropriadas de outras ciências, como a Arquitetura e a Geografia.

Os estudos acerca da cal em sua multiplicidade estão ainda caminhando a passos lentos. Acreditamos que este trabalho efetua uma importante contribuição no sentido de entender tal produto que é tão presente no cotidiano de nosso patrimônio histórico, nas memórias de nossas famílias, nos mais profundos traços de nossa cultura. Com a cal também costuramos um importante momento da história da Ilha de Itamaracá. Esta que, por muito tempo, ficou esquecida dos registros historiográficos, mas nos últimos tempos tem produzido trabalhos científicos valiosos.

Estudar a história da Ilha de Itamaracá neste momento histórico em que o seu território passa por um novo entendimento do que é o seu legado patrimonial, um

momento em que tenta se reinventar e criar novos significados as suas mais profundas marcas culturais é fundamental para nós enquanto historiadores e agentes sociais construir um lugar de observação que dê espaço a novas interpretações acerca de sua história e de sua identidade cultural.

3.2 A arquitetura, a história e o relevo das construções coloniais

A tipologia arquitetônica dos fornos de cal da Ilha de Itamaracá transmite algumas informações pertinentes para a investigação que assumimos. Como foi debatido no primeiro capítulo deste texto, os modelos arquitetônicos dos fornos de cal são definitivos para que tenhamos a mais aproximada informação sobre a quantidade de argamassa produzida em cada fornada. A estrutura interna do forno, associada à velocidade de queima, temperatura e ao tipo de Pedra Calcária utilizada podem também ser indicadores de produção.

Interessa-nos, então, investigar, a partir destes dados arqueológicos e arquitetônicos, os recursos produtivos obtidos a partir de cada forno, e estimar a produção da Ilha, ou mais especificamente da porção Sul, nas proximidades da atual Vila Velha, onde se concentram os fornos analisados. Estes em número de seis, alguns associados a nível produtivo e também associados a aspectos sociais e comerciais do período estudado, além de também encontrarem-se agregados à área de obtenção de matéria-prima.

Para este fim produzimos com o precioso auxílio do Pedro Pina⁵⁸, uma série de Pranchas em que apresentam cinco tipologias distintas para os fornos estudados a partir de então. Estas tipologias nos ajudam a diferenciar os modelos construtivos dos fornos e a identificá-los cronologicamente, e quanto as suas características produtivas. Legam-nos ainda outra importante informação de viés histórico que diz respeito a sua localização e utilização, como será debatido neste capítulo.

Os fornos de cal da porção sul da Ilha de Itamaracá, analisados à luz da arquitetura e da arqueologia como subsídio para a compreensão do contexto histórico podem ser entendidos como um conjunto produtivo de artesanal de produção permanente. O que significa dizer que os ditos fornos funcionavam durante todo o ano,

⁵⁸ Pedro Jorge Pina, arquiteto

diferente de outros fornos da Ilha como o localizado no Fortim da Catuama que pode ser definido como uma unidade produtiva caieira intermitente, segundo definido pelo estudo de Cybèle Celestino Santiago⁵⁹. Esta metodologia aplicada aos fornos da Ilha se apresenta extremamente relevante do ponto de vista histórico, posto que em um momento de crise como o estudado, ter uma estrutura produtiva permanente garante, no mínimo, a subsistência das famílias que permaneceram na Ilha mesmo durante a mudança administrativa, e todos os seus desdobramentos políticos.

Dos seis fornos da porção sul analisamos, três localizam-se às margens do Canal de Santa Cruz, nas proximidades da Casa do Vigário Tenório⁶⁰. Estes fornos são compostos por uma estrutura de tijolos argilosos batidos, por blocos de pedra calcária e de granito. Só apresentam uma boca de carga e descarga, com raio 1,10m. Estas estruturas estão parcialmente soterradas, mas a partir do desenho esquemático e do desenho em perspectiva, podemos vislumbrar a sua forma e inquirir os seus usos e ambiente de produção.

O Forno Tenório 1 de tipo 3, (Como especificado na Prancha 02, anexo 2), segue as especificações acima dispostas e apresenta também altura da base ao teto da cúpula de 5m como forno de barranco aproveita a parede do barranco para a composição da sua estrutura. A este forno estão associados outros dois de estruturas muito semelhantes e que possivelmente são contemporâneos, já que compõem um cenário produtivo expressivo no contexto do Canal de Santa Cruz.

Os três fornos nomeados para este trabalho de Tenório 1, 2 e 3, nos informam sobre a dinâmica da produção de cal no Canal de Santa Cruz e nos levam a relacionar o sistema comercial obtido através deste estuário e caracterizar a função comercial do forno quando da utilização da cal como importante produto para o período. A cal escoada pelo Canal de Santa Cruz partia deste destino e podia ser acrescida da produção advinda de outros fornos da Ilha. A localização destes fornos também é extremamente relevante já que eles se encontravam em uma área de intenso tráfego marítimo fluvial, como veremos, ocorre com todos os outros fornos analisados. (observar Prancha 01, mapa locação dos fornos na porção sul da Ilha, anexo 01).

Os fornos Tenório 2 e 3 são de tipologia cinco que, de acordo com a análise obtida, apresentam R-1,50m, por altura da base ao teto de 5m. Da base do forno até o

⁵⁹ SANTIAGO, CC. *Argamassas tradicionais de cal* [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 202 p. ISBN 978-85-232-0471-6. Available from SciELO Books

⁶⁰ A nomenclatura dos Fornos foi adotada segundo uma lógica arqueológica que busca indicar como nome um referencial claro. No caso dos fornos de cal da Ilha escolhemos como referenciais os patrimônios culturais mais expressivos da ilha, sejam materiais ou naturais.

término do barranco, temos 2,40m. É importante notar que os dados referentes ao barranco são variáveis se associarmos os dados arqueológicos, isso porque foi encontrado material carregado nos arredores do forno e também porque não podemos deixar de considerar a intensa atividade e alteração do ambiente, tanto natural, quanto antrópica, já que esta área fica muito próxima à praia, sofrendo interferência direta da mesma com as baixas e altas da maré, no que diz respeito aos aspectos naturais, e no que diz respeito às interferências antrópicas, podemos indicar a intensa atividade pesqueira, inclusive encontramos em dois dos fornos hora analisado, vestígios de fogueiras recentes no interior dos mesmos.



Figura 16 Ruínas do forno de cal Tenório 2; Fonte: Rodrigo Oliveira

Estes três fornos compõem, portanto, uma estrutura produtiva que dialogava comercialmente com as rotas de escoamento de mercadorias tanto do Canal de Santa Cruz, quanto com o oceano Atlântico, tendo em vista a circulação de embarcações que

atracavam no porto de Vila Velha, ainda em atividade no período estudado e de atuação dos fornos.

Outros fornos relevantes para este trabalho são os fornos encontrados na encosta do morro onde está assentada a atual Vila Velha, antiga Vila de Nossa Senhora da Conceição segundo nomenclatura portuguesa. Em primeiro lugar, estão nesta área dois fornos: tipologia 01 e 03; apesar de diferenciados de forma expressiva, eles se completam quanto ao seu funcionamento. O orno de tipologia 01, já ilustrado neste trabalho, como forno do Sr. Edenildo, na figura 02, é o forno que mais informações pode nos legar devido ao seu estado de conservação, o que significa dizer que os desenhos esquemáticos e em perspectiva são os que mais se aproximam do real.

Atrelado ao forno Vila Velha 01, estão mais outros três fornos, sendo que destes, apenas um nos possibilitou obter dados arquitetônicos e arqueológicos mais precisos devido ao seu estado de conservação, que nestes casos só podemos indicar vestígios e relatos orais de moradores que alcançaram as estruturas ainda de pé. O forno Vila Velha 02 está diretamente ligado ao forno Vila Velha 01 e a distância entre os dois é de mais ou menos 20m, o que nos leva a uma série de formulações técnicas.

No que diz respeito a estes dois fornos, temos o Vila Velha 01, com a estrutura preservada e o forno Vila Velha 02, com apenas a base, a estrutura de sustentação e o contorno das paredes, que é o caso de boa parte dos outros fornos da Ilha. Esta informação nos indica que o forno Vila Velha 02, possivelmente, tratava-se de um forno intermitente, que servia de suporte produtivo para o Vila Velha 01. Geralmente os fornos intermitentes eram abandonados dos cuidados dos donos da produção. Chegamos a esta conclusão quando pensamos que o forno 01 inclusive está mais exposto às intempéries do que o forno 02, mas o seu estado de conservação é extremamente superior.

Como vimos no primeiro capítulo, a respeito da produção de cal em “Ilhas atlânticas” portuguesas, podia-se construir fornos que tinham como objetivo manter a estrutura do forno principal, que era exposto a altas temperaturas por mais tempo, ou inclusive produzir em períodos de baixa comercialização para fornecer um descanso ao forno principal.

No que diz respeito aos fornos Vila Velha 01 e 02, levantamos inicialmente a possibilidade em relação ao estado de conservação, à presença e à intervenção da moradia do Sr. Edenildo no forno 01; entretanto, esta existe como coberta para o forno

a pouco mais de 20 anos, o que não justificaria a sua conservação. Mesmo porque, o forno continua sofrendo a ação direta dos ventos e da maré, inclusive com mais intensidade do que o forno Vila Velha 2.

A tipologia do forno Vila Velha 02 (Prancha 04) indica paredes compostas por tijolos cerâmicos artesanais, intercalados por blocos de granito e pedra calcária que serviam de argamassa. Ainda sobre o forno Vila Velha 02, podemos observar que apresentava apenas uma boca de carga e descarga, mas era acrescido de uma chaminé, o que aumentava o teor produtivo do forno a partir do momento em que tinha um canal para em determinado momento da queima liberar o vapor. Esta técnica, segundo Santiago, influenciava a qualidade do produto final.

Uma das análises que levamos a cabo no que diz respeito à qualidade da cal produzida foi a referente ao tipo de pedra calcária utilizada. Realizamos uma análise granulométrica de amostras de todos os 14 fornos identificados na Ilha e constatamos o que já era presumível, tratava-se do mesmo tipo de material calcário. Isso se explica por a Ilha estar em uma área de jazida calcária uniforme, que não sofreu alteração nos últimos 25 mil anos quando a Ilha foi separada do continente, obviamente ultrapassando o nosso controle histórico.

Neste sentido, a análise da pedra calcária não iria nos legar informações quanto à qualidade do produto final. Entretanto, esta análise poderia ser feita a partir da análise do próprio produto final, ou seja, da cal enquanto argamassa, na qual seriam identificados os aglutinantes, a adição de areia, conchas, sal e outras substâncias.

Apesar de profícua do ponto de vista arquitetônico, esta análise apresenta um complicador sério no que se refere à obtenção das amostras. Isso porque a argamassa produzida a partir dos fornos de cal da Ilha de Itamaracá foi utilizada para a construção de edificações que hoje figuram como importantes patrimônios culturais do estado de Pernambuco.

O forno Vila Velha 01 de tipologia 01, como indicado na Prancha 04 (anexo 03), apresenta raio de 2,10m de altura da base ao topo da chaminé de 6,50m. Este forno também apresenta estrutura de sustentação basicamente composta por blocos graníticos e calcários e uma boca de descarga de 1 metro de espessura por dois de altura.

Em relação à praia, o forno mede mais ou menos 30 metros, variando em relação à maré. Ainda à frente deste, podemos observar uma estrutura de degraus que

indicamos como um pequeno apoio para as embarcações menores, mas um elemento de composição de sua função comercial, posto que não haveria necessidade de transporte marítimo se a produção se restringisse à Ilha.

O forno Vila Velha 01 está próximo ainda do estuário de Santa Cruz, com ligação com o oceano atlântico e ainda mais diretamente com o rio Paripe, outro afluente do Canal de Santa Cruz e importante rota de navegação no interior da Ilha. O ambiente de produção dos fornos Vila Velha 01 e 02 é extremamente relevante por um fator que vem sendo discutido ao longo deste texto, que é a relação direta com a sede da Capitania de Itamaracá no período estudado. Junto a isso, temos ainda a relação, também direta, com o Porto da Vila e com as estruturas de armazenamento e alfândega presentes também às margens do canal de Santa Cruz e do rio Parípe.

Inclusive, a própria ponte do rio Parípe, hoje identificada apenas pelas suas cabeceiras, apresenta como argamassa de constituição a cal, obviamente advinda de um dos fornos da Ilha.

O forno encontrado em uma das margens do rio Parípe é o forno com características mais distintas dos apresentados até então, não diretamente no que diz respeito à sua forma ou à característica construtiva, mas no que toca as informações históricas advindas da complexa análise de elementos com os quais nos deparamos ao longo da produção deste texto.

O entorno em que se localiza o forno Paripe (prancha 03) é formado por manguezais, sendo um dos mais interiores da Ilha, não dependendo do componente marítimo para o escoamento da produção. Durante a maré cheia, o acesso ao forno se torna limitado, entretanto, este fator podia ser decisivo no momento do escoamento da mercadoria. O forno Paripe sofreu modificações ao longo do tempo, o que pode ser observado pelas camadas de material sobreposto em suas paredes.

A parte da estrutura que ainda está erguida, a base e as paredes, formando o contorno do forno e da boca de descarga, de raio equivalente a 1,10m e 5m de altura da base ao teto da cúpula, apresentando sobreposição de concreto sobre as estruturas mais antigas, semelhantes às encontradas nos outros fornos, neste caso, blocos calcários, graníticos e tijolo artesanal argiloso. Neste sentido, chegamos a acreditar que a estrutura do forno pode ter sido utilizada ao longo do tempo como moradia provisória para moradores da área ou mesmo pescadores em temporada.

É extremamente relevante observar a condição fluvial do escoamento da produção do forno Parípe, já que um dos argumentos postos no segundo capítulo é justamente a utilização dos rios secundários ao estuário de Santa Cruz como veículos para este escoamento. No caso do rio Parípe, para um forno de médio porte com uma relevante produção muito provavelmente permanente, esta via era quase que exclusiva quando levamos em consideração que o forno está praticamente dentro do mangue, no qual um transporte com animal seria dificultado. O rio era a primeira e mais lucrativa opção.

Neste sentido, a análise destes fornos além de nos indicar a localização e o modelo construtivo, podem nos dar um importante subsídio para conhecer a qualidade da cal produzida, bem como ter uma noção do tempo de queima também relevante para a configuração do produto final. Ou seja, é importante ressaltar que o processo de produção da cal advinda da pedra calcária depende não apenas do tipo de pedra, mas também da quantidade de material, do tipo de forno, do tipo de combustível utilizado, bem como do modo em que este material foi arrumado no momento da queima.

O entendimento do sistema de produção caieiro, levantando as questões referentes à localização, à distribuição, à obtenção de matéria-prima e à condição dos equipamentos produtivos contribui, sobremaneira, para a historiografia da Ilha, sobretudo, quando apresentam novas perspectivas para o contexto econômico de uma região extremamente relevante para o período estudado e para todo o período colonial brasileiro.

Para isso, foi fundamental indagar sobre as fontes múltiplas com que lidamos e construir um conjunto de métodos específicos e concernentes às contribuições das Ciências utilizadas, bem como estabelecer diálogo entre este sistema produtivo e a historiografia clássica acerca da Ilha de Itamaracá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprendemos ao longo dos nossos estudos em História que um trabalho de pesquisa científica nunca se conclui. Ele é sempre mais uma porta no labirinto de entendimentos desta complexa Ciência Humana. Ao término da construção desse trabalho, ficamos com uma latente sensação, não de que podia ter sido feito mais em matéria de pesquisa, mas que há ainda muito a ser feito sobre este objeto, que a história da cal e da Ilha de Itamaracá ainda tem muito a ser contada.

É interessante notar ainda que, sendo um trabalho pioneiro na historiografia brasileira, este suscitará inúmeros questionamentos e infinidades de problemáticas; no entanto, acreditamos que cumpre, pois, deste modo, o seu papel, enquanto resultado de uma investigação científica. Ao transformar a produção de cal em um objeto da história social e econômica da Ilha de Itamaracá, estamos levantando uma nova perspectiva sobre o uso de fontes arquitetônicas, arqueológicas e geográficas para o benefício de uma análise histórica.

Obviamente seguimos uma tendência já corrente desde a terceira geração dos Annales, ou como costumamos chamar dos representantes da Nova História Cultural, que já utilizavam estas abordagens com o auxílio de outras Ciências tanto das Humanas quanto da Natureza. Neste objeto de pesquisa, exploramos este recurso ao máximo, posto que o próprio objeto é fruto de um primeiro olhar arqueológico e que foi sendo construído como objeto da História ao longo de uma caminhada árdua.

Como tal, delinear trajetória da cal no período na então Capitania de Itamaracá, apenas com a utilização de fontes tradicionalmente históricas se tornou uma tarefa restritiva a partir do momento em que buscávamos dados que se perderam dos registros manuscritos, mas que estavam impressos nas pedras literalmente e que podiam ser discutidos e analisados à luz da Arquitetura ou da Geografia, legando-nos informações preciosas ao entendimento histórico da economia de Itamaracá.

Neste sentido, ao dar o passo inicial para os estudos acerca da cal, como um contributo econômico imprescindível para uma reflexão mais substancial de uma parte da história da Ilha de Itamaracá até então obscura, se mostrou fundamental para entender as redes e conexões estabelecidas em toda a porção norte do Brasil.

Este estudo apresentado também chama a atenção para o fato de que para além de produto do saber histórico, a materialidade dos fornos de cal ainda presentes na Ilha de Itamaracá é uma extremamente relevante marca da nossa identidade cultural e da memória. A deterioração dos fornos de cal da Ilha de Itamaracá não se dá somente através da ação natural propiciado pelo abandono da estrutura. Muitas das estruturas estão em áreas de difícil acesso, o que inviabiliza a degradação; entretanto, há aquelas que estão próximas a núcleos urbanos e que têm a atenção de turistas que nem sempre preparados para lidar com o bem patrimonial.

Sendo assim, a preservação deste patrimônio é urgente, e este trabalho pretende contribuir também para a sensibilização daqueles que têm o poder de proteger este bem cultural, ou seja, todos os brasileiros. Realizar esta pesquisa foi uma forma de contribuir para a preservação dos fornos, mas há muito a ser feito no sentido de conservar a memória acerca deles, de manter as estruturas como elemento de observação turístico, como ferramenta didático-pedagógica, como elemento definitivo e permanente de pesquisa histórica, arqueológica, geográfica, arquitetônica e etc.

Os fornos de cal da Ilha de Itamaracá são apenas a ponta de uma construção histórica que deve ser ampliada para muitos outros questionamentos abordados neste trabalho. Há que se preocupar ainda com a relação existente entre os fornos da Ilha e o complexo de fornos presentes no município de Abreu e Lima, antiga Sesmaria de Jaguaribe, anteriormente citado neste trabalho, e que era administrado pela ordem beneditina da Igreja Católica em fins do século XIX e início do XX.

Deve ser feita ainda uma investigação arquitetônica acerca dos aparelhos urbanos que se construíram utilizando como argamassa a cal produzida em Itamaracá, podendo-se observar a qualidade do produto, se houve adição de algum outro material, como este produto era aproveitado nos diversos modelos construtivos coloniais, de modo a elaborar cada vez mais argumentos para a ampla cadeia de elementos que compõem a história da cal no Brasil.

Ainda como fruto deste trabalho, deve-se observar que a história da Ilha de Itamaracá pode apresentar inúmeras outras interpretações historiográficas, levando o

conhecimento deste objeto a um nível de entendimento que articule as histórias das capitanias com as quais dialogava cotidianamente. Ainda faz-se necessário um estudo desta intrincada relação de poder econômico e social estabelecido nesta virada de século, entre as Capitanias do norte do Brasil, orquestrada por Pernambuco.

Vale observar detidamente, portanto, o papel de Itamaracá no jogo entre capitanias, e analisar as condições de construção historiográficas que levaram ao entendimento da história da Ilha enquanto capitania invadida, frustrada e finalmente anexada, deixando de existir enquanto território independente e transformando-se em um dos municípios do atual estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **Histórias do mundo atlântico: Ibéria, América e África: entre margens do século XVI ao XXI** (org.) – Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma Capitania frustrada**. Recife: CEHM, 1999.

AYMARD, Maurice. História Econômica. NOVAIS, Fernando A. SILVA, Rogério Forastieri da. **Nova História em Perspectiva vol. 1**. São Paulo: Cosac naify, 2011. 560p.

BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “**Pacto Colonial, autoridades negociadas e o império português**” in SOHIET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs) **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro. Mauad, 2005. Pp.85 a 105.

BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Portuguese Society in the Tropics – Madison: The University of Wisconsin Press/ Madison and Milwaukee, 1965.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material e Capitalismo. Séculos XV-XVIII.** Lisboa-Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.

_____ **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II.** Paris: Armand Colin, 1949. (ed. Bras.: O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II São Paulo: Martins Fontes, 1984).

BUESCU, Mircea. **História Econômica do Brasil. Um Programa de trabalho para a história econômica do Brasil.** Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil holandês.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.

_____ **A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1988.

CHAUNU, Pierre. **A economia: Ultrapassagem e Prospectiva.** NOVAIS, Fernando A. SILVA, Rogério Forastieri da. **Nova História em Perspectiva vol. 1.** São Paulo: Cosac naify, 2011. 560p.

COLLINGWOOD, R.G. **The Ideal of History.** Oxford University Press: Oxford. 1946.

CORRÊA, Dora Shellard. **Historiadores e Cronistas e a paisagem da Colônia Brasil 1. Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 26, nº 51, p. 63-87 – 2006.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 555-558. 2002.

ESTEVES, Luciana e FINKL Jnr., Charles W. The problem of critically eroded areas (CEA): in evaluation of Florida Beaches. **Journal of coastal research**, n.26, p.11-17, 1998.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, Publifolha, v.1; 2000.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala. Formação da Família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo, Ed. Círculo do Livro. 1986

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988. (Princípios, 145).

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português**. FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na Trama das Redes. Política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**, 2ªed. Recife: CEPE, 1978.

LADURIE. E. Le Roy, **histoire du climat depuis l'na mil**. Paris: Flammarion, 1967.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Fontes para a História do Comércio do Rio de Janeiro. **Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros**, Coimbra; 1965, v. 2.

LOPES, Josué. **Organização Portuária da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII: Articulações inter-regionais e internacionais** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em história social da cultura. UFRPE – Recife. 2013.

MAGALHÃES, Diogo Franco. **O reinventar da colônia: Um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira.** Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP; 2008.

MARTINEZ, Victor M. Fernandez. **Teoría y Método de la Arqueología.** Editorial Síntesis: España, 1990.

MEDEIROS, Guilherme de Souza. **Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil** (capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH/UFPE, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória.** São Paulo: Contexto, 2010.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** São Paulo: Hucitec, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. **A formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** 9. Ed. Ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** Imprensa Oficial Edusp. São Paulo; 2000.

RENFREW, Colin. BAHN, Paul. **Arqueologia. Teorías, Métodos y Práctica.** Akal Ediciones: Madri, 1993.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. Centros e Periferias no mundo luso-brasileiro 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V.18, n.36, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. MYRUP, Erik. (org.) **O Brasil no Império Marítimo Português**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2009.

_____ **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Santos, Josué Lopes dos. **Organização portuária da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII: articulações inter-regionais e internacionais**. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Pernambuco -- Recife, 2013.

SOARES, Bruno Daniel. **Estudo da produção de Óxido de Cálcio por Calcinação do Calcário: caracterização dos sólidos, decomposição térmica e otimização paramétrica**. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Uberlândia-MG. 2007.

SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: La Cámara Municipal de Recife (1710-1822)** Tese (Doutorado em História) Universidad d Salamanca, Salamanca, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

TAPAJÓS, Vicente. **A Política administrativa de D. João III**. Rio de Janeiro, DASP – Serviço de Documentação, 1966. (História Administrativa do Brasil, 2).

ANEXOS



Forno da Cal – Vila Velha 1. Foto: Jaderson Henrique; 2014.



Forno Tenório1: Ilha de Itamaracá; Foto: Jaderson Henrique, 2014.



Forno Paripe1: Ilha de Itamaracá: Foto: Nátalli Araújo, 2013.